

# Relatório & Contas / 2015



Standard Bank Seguindo em Frente



# RELATÓRIO E CONTAS 2015

## RELATÓRIO DO PRESIDENTE E DO ADMINISTRADOR-DELEGADO

### ANÁLISE GERAL

O Standard Bank Moçambique continua a progredir com vista a ser o banco líder para empresas, organizações e pessoas informadas em Moçambique. O nosso objectivo é responder consistentemente às necessidades dos nossos clientes, accionistas e outras partes interessadas. Nesta matéria, continuaremos a empenhar – nos em níveis de investimento significativos na nossa actividade, com vista a assegurar um crescimento sustentável e manter a nossa posição em Moçambique como banco preferencial dos nossos clientes.

Apesar de um ambiente macroeconómico desafiador em 2015, o Standard Bank Moçambique alcançou resultados notáveis, evidenciando assim o sucesso da nossa estratégia de diversificação dos proveitos, criação de maior capacidade em termos de recursos humanos e melhoria dos nossos canais em função das necessidades dos nossos clientes.

### ÊNFASE ESTRATÉGICO

O teste crucial da estratégia do banco é se nos irá permitir alcançar uma rentabilidade de fundos próprios (ROE) excepcional e um crescimento sustentável dos proveitos, imediatamente ou no curto prazo, e se a performance de excelência será sustentada no longo prazo. Nos últimos anos, desenvolvemos grandes esforços para diversificar a nossa base de proveitos através de investimentos significativos em novos produtos, serviços e canais através dos quais servimos os nossos clientes. Esta estratégia já começou a dar frutos.

Também continuamos a investir muito no nosso capital humano. Os nossos recursos humanos e a nossa cultura serão determinantes do sucesso da execução da nossa estratégia. Tomamos as medidas necessárias para garantir que atraímos as pessoas da qualidade certa, desenvolvendo esforços incansáveis para manter as que se orgulham de viver segundo os nossos valores e em prestar um serviço de excelência aos nossos clientes. Dedicamos uma quantidade apreciável de tempo e de outros recursos ao recrutamento e formação de talentos de topo, por forma a garantir que tenhamos uma base suficiente para assegurar a nova geração de líderes. Procuramos ser a melhor empresa para trabalhar em Moçambique.

Orgulhamo-nos da nossa capacidade de dar resposta às necessidades dos nossos clientes com soluções sustentáveis. Esta postura alcandorou-nos a uma posição competitiva sustentável no mercado, objecto de reconhecimento incontestado. Em consequência, pelo segundo ano consecutivo, o Standard Bank Moçambique foi nomeado Melhor Banco de Investimento em Moçambique pela prestigiada publicação financeira EMEA Finance Magazine. Também recebemos o troféu do Melhor Banco de Sub-Custódia em Moçambique atribuído pelo Global Finance Magazine.

### GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

O Standard Bank continua a interagir de forma construtiva com as autoridades reguladoras e outras partes interessadas na aplicação da legislação e das medidas de controlo das autoridades reguladoras. O nosso objectivo é garantir que os requisitos regulamentares sejam respeitados e incorporados nas operações do banco, de uma forma que promova uma ética comercial de longo prazo.

### AGRADECIMENTOS

Para que a administração seja um guardião efectivo de uma performance sustentável e da criação de valor no longo prazo, é imperativo que estejamos aptos a gerir as complexidades da mudança. Por conseguinte, iremos continuar a desenvolver esforços para equipar o nossa administração e os nossos colaboradores para serem capazes de se antecipar e abraçar a constante mudança.

Agradecemos à equipa de liderança executiva e aos colaboradores do Standard Bank S.A. pela sua capacidade de gerir os desafios correntes com empenho e persistência. Os excelentes resultados alcançados no último exercício reflectem o seu grande trabalho e talento. Também agradecemos aos nossos clientes, accionistas e outras partes interessadas pelo apoio contínuo que nos têm prestado.

Os nossos colegas na administração deram-nos orientações cruciais em 2015 e estamos-lhes gratos pelos seus conselhos e profundos conhecimentos para garantir que continuemos a ser o banco comercial preferencial em Moçambique.

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

### ECONOMIA GLOBAL

Próximo do final do ano, o FMI reviu em baixa as previsões de crescimento para a economia global em 2015, de 3,3% para 3,1%. A queda dos preços das matérias primas, a normalização da política monetária da Reserva Federal norte-americana e o abrandamento na China foram considerados factores de risco para o crescimento económico global a curto e a médio prazo. Em consequência, o FMI considerou que os mercados emergentes iriam enfrentar desafios singulares dado que a envolvente de preços de matérias primas em queda, menores fluxos de capitais e maior volatilidade nos mercados financeiros aumenta os riscos de baixa para o futuro. Com a economia chinesa a desacelerar, o comércio global sofreu um golpe. Os preços das matérias-primas continuam com uma dinâmica descendente e a confiança dos agentes económicos caiu em geral. A África Subsaariana foi uma das regiões mais atingidas do mundo.

Depois de uma década de preços das matérias-primas elevados, o que gerou um boom económico, os países exportadores de matérias-primas da região enfrentaram um ano difícil em 2015. De acordo com o Banco Mundial, espera-se que esta situação se venha a traduzir num abrandamento do crescimento económico regional, de um valor de 4,6% em 2014 para 3,4% em 2015, o valor mais baixo desde 2009. As previsões apontam que a Nigéria e Angola, os maiores produtores de petróleo da região, venham a sofrer a maior queda no crescimento em consequência da redução das receitas do petróleo.

A Zâmbia, com 70% das suas receitas de exportação provenientes do cobre, também foi fortemente atingida. Esta situação levou a uma desvalorização do kwacha superior a 50%. As previsões indiciam que a África do Sul, a economia mais avançada do continente e a sua segunda maior economia, deverá registar um crescimento muito menos expressivo, estimado em apenas 1,3%. Na qualidade de um dos maiores contribuintes para o PIB da África do Sul, o sector mineiro esteve entre os sectores mais afectados, uma vez que factores relacionados com a fraca procura e cortes de energia afectaram a produção, tendo como resultado cortes massivos na exploração. Por outro lado, Moçambique, a RDC, a Tanzânia e a Costa de Marfim estiveram entre os poucos países da região que deverão ter um crescimento razoavelmente elevado em 2015.

Apesar destes desafios, a África Subsaariana ainda é considerada um dos mercados emergentes mais atractivos. A sua população jovem e numerosa tem um poder de compra impressionante, o que catapultou esta região para a vanguarda dos mercados emergentes em termos de crescimento da procura de bens como telecomunicações, serviços financeiros, bens de consumo e bens alimentares. Os investidores internacionais estão cada vez mais conscientes de que existe na África Subsaariana muito mais do que matérias-primas, o que justifica a manutenção do investimento directo estrangeiro na região em níveis significativos. No entanto, como o Banco Mundial adverte, se não forem bem geridos, os riscos domésticos decorrentes da incerteza política associada às eleições que se perspectivam, uma maior ameaça de terrorismo, o abrandamento da China e o impacto da política monetária normalizada nos Estados Unidos podem alterar a atitude dos investidores, com prejuízo para toda a região.

### CONJUNTURA DOMÉSTICA

2015 foi um ano difícil para a economia Moçambicana. Depois de um longo período de baixa inflação, o IPC inverteu o rumo durante a última parte do ano, fechando o ano em 10,6%, face a 1,9% em 2014.

De acordo com o FMI, o crescimento do PIB também deverá ter desacelerado de 7,4% em 2014 para 6,3% em 2015, influenciado pelos preços em queda das principais exportações de Moçambique, o carvão e o alumínio, bem como pelas cheias no início do ano e a incerteza causada pelo atraso na aprovação do Orçamento Geral de Estado. As cheias afectaram negativamente as infra-estruturas e a produção agrícola.

À medida que o ano avançou, a pressão sobre o metical cresceu, o que levou a uma desvalorização acentuada, o que veio ameaçar, entre outros, os objectivos do governo para a inflação. No entanto, os passos decisivos dados pelas autoridades perto do fim do ano atenuaram os efeitos de um metical em trajectória descendente. A introdução de controlos cambiais mais rigorosos, bem como ajustamentos em alta na taxa de referência e na taxa de reservas do Banco de Moçambique durante o quarto trimestre assinalaram o fim de uma posição monetária acomodaticia. Esta atitude veio trazer alguma estabilidade à moeda local. E com a África do Sul, o principal parceiro comercial de Moçambique, a sofrer com o seu próprio abrandamento, a economia local beneficiou de algum alívio nas pressões inflacionárias, dado que o rand sul-africano mais fraco limitou fortemente a inflação importada.

Não obstante, manteve-se uma atitude persistente por parte dos investidores estrangeiros de esperar para ver como a economia iria enfrentar os presentes desafios, antes de tomarem grandes decisões de investimento. O FMI prevê que depois destes investimentos se concretizarem, especialmente os investimentos no sector do gás, Moçambique deverá passar por um período de crescimento económico exponencial, estimado em 24% ao ano.

### ANÁLISE FINANCEIRA

#### RESUMO DOS RESULTADOS

O banco alcançou um conjunto notável de resultados em 2015, apesar de um ambiente operacional cada vez mais desafiador e incerto. Estes resultados demonstram a força e capacidade de resiliência do banco.

Os nossos resultados líquidos de impostos (RLI) subiram para MZN2.357 milhões em 2015 face a MZN1.577,6 milhões em 2014. Reflectem o nosso investimento significativo na nossa actividade nos últimos três anos, investimento esse que começou a gerar frutos. Em linha com este crescimento, a nossa rentabilidade dos fundos próprios (ROE) aumentou para 26,1% comparada com 21,4% em 2014.

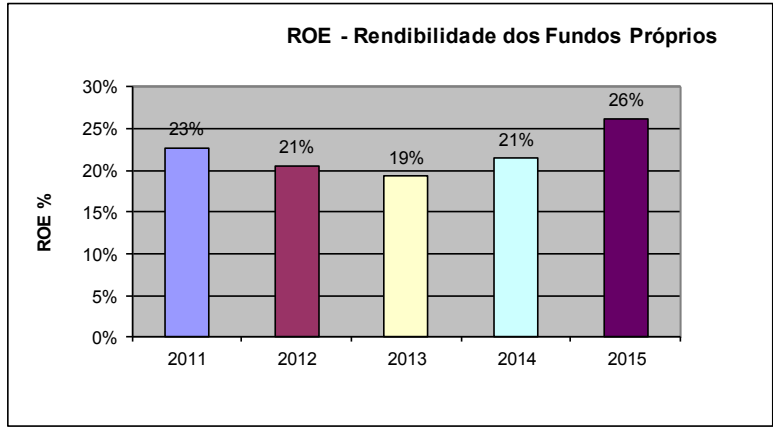
Este resumo abrange:

- uma análise da conjuntura operacional;
- os principais factores que afectaram a performance em 2015;
- uma análise da performance financeira e da posição financeira do banco;
- uma análise do capital.

O quadro seguinte mostra os principais indicadores financeiros (PIFs) para 2015.

	Dez. 15	% variação	Dez. 14
Resultado por acção (MZN)	9.1	49%	6.1
Valor líquido do activo por acção (MZN)	39.1	27%	30.8
Rendibilidade dos fundos próprios: ROE (%)	26.1%		21.4%
Rendibilidade dos activos: ROA (%)	4.1%		3.4%
Rácio de perdas de crédito (%)	1.2%		0.8%
Custos / Proveitos (%)	49.3%		54.6%
Margem Financeira	4.3%		5.2%
Proveiros por Colaborador (MZN)	6,329	23%	5,137
Taxa de Transformação	53.9%		59.6%
Colaboradores	1,153	7%	1,081

Apesar destes desafios, o banco continuou a demonstrar capacidade de resiliência. Em 26,1%, a rentabilidade dos fundos próprios (ROE) manteve-se saudável e registou uma grande melhoria face a 2014, considerando os investimentos significativos realizados durante o exercício nas infra-estruturas físicas e digitais do banco e o aumento de capacidade dos nossos recursos humanos.



**PRINCIPAIS FACTORES QUE AFECTARAM O DESEMPENHO EM 2015**  
Os nossos resultados para 2015 foram influenciados em grande medida pelos seguintes factores principais:

#### CONSECUÇÃO DOS NOSSOS PRINCIPAIS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE MÉDIO PRAZO

A consecução das nossas prioridades estratégicas tem sido o fundamento do nosso sucesso. As principais decisões sobre investimento na capacidade de backoffice, consolidação das operações da sede em edifícios próprios, aquisição de novos clientes através de canais e soluções relevantes e de ponta e a execução do nosso plano de capital revelaram-se instrumentais. A implementação destes fluxos de trabalho melhorou significativamente a competitividade do banco.

#### CRESCIMENTO DO CRÉDITO A CLIENTES

O balanço cresceu de uma forma responsável sem comprometer a qualidade da nossa carteira de crédito. Embora as nossas provisões para imparidade tenham subido em termos anuais, tal deveu-se a um aumento significativo nas provisões gerais em consequência de um crescimento de 21,1% da carteira de crédito em termos anuais. Por outro lado, as provisões específicas foram bem controladas, tendo registado uma descida de 7,9% em termos anuais.

#### ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO BALANÇO

Neste exercício, a nossa estrutura de fundos alterou-se devido a uma emissão de obrigações, que se destinou a melhorar a nossa posição dos fundos próprios complementares (tier II). Esta alteração levou a um aumento do custo de financiamento. No entanto, o impacto destas obrigações na margem financeira foi anulado pelos esforços bem sucedidos de atrair passivos mais baratos sob a forma de depósitos à ordem.

#### OUTROS PROVEITOS

A diversificação dos nossos produtos, bem como dos investimentos em vários canais em resposta à sofisticação dos nossos clientes teve como resultado um crescimento notável dos outros proveitos em 2015. O nosso negócio de retalho continua a implementar canais e soluções do século XXI no mercado. Esta situação, combinada com o crescimento da rede de agências, levou a um aumento do volume de operações. O nosso segmento de mercados globais também beneficiou do

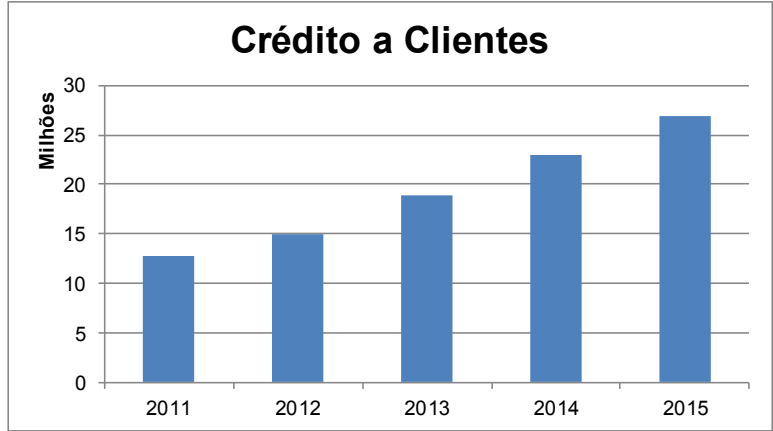
aumento dos volumes na sequência da aquisição de novos clientes e da introdução de novos produtos.

### ANÁLISE DO BALANÇO

	Dez. 15	Dez. 14
Crescimento do total de activos bancários	35,4%	11,9%
Crescimento dos activos remunerados	35,8%	8,9%
Crescimento do crédito a clientes	17,3%	21,1%
Crescimento dos depósitos	29,7%	7,6%
Taxa de transformação	53,9%	59,6%
Activos remunerados/total do activo	84,8%	84,5%

A nossa carteira de crédito continuou a crescer de uma forma responsável. O nosso objectivo era conseguir um forte posicionamento do banco em termos de garantia de receitas, mantendo simultaneamente a elevada qualidade da nossa carteira de crédito. O total de crédito mal-parado (CMP) desceu 11,2% em termos anuais, o que resultou numa descida de 7,9% das provisões específicas durante o exercício.

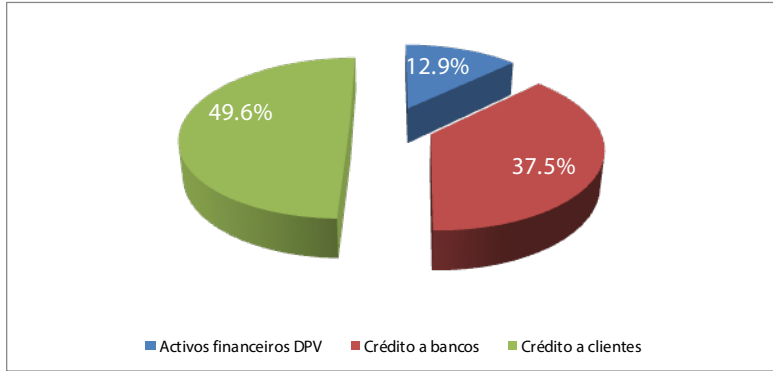
A redução da taxa de transformação de 59,6% em 2014 para 53,9% em 2015 deve ser lida à luz do forte crescimento da nossa carteira de depósitos, em particular nas contas à ordem, que teve por objectivo ajudar a melhorar o nosso custo de financiamento na sequência da emissão obrigacionista realizada durante o exercício.



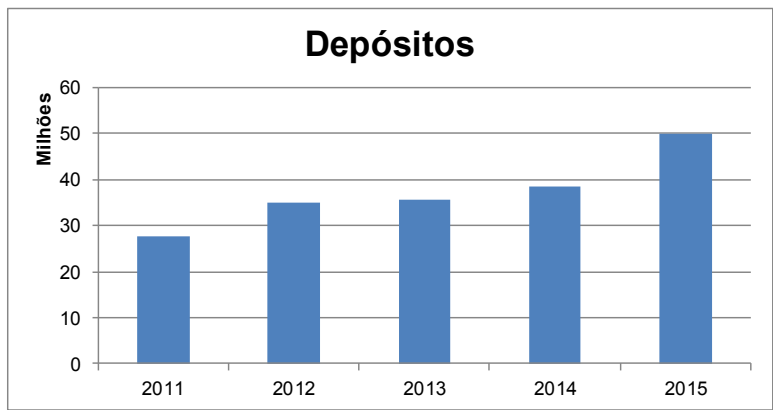
O crédito em moeda local continuou a liderar o nosso crescimento durante o exercício, com todos os nossos produtos, tanto do mercado de retalho, como do mercado de empresas, a crescerem. O crescimento do nosso crédito de banca de empresas, que ganhou dinâmica durante o exercício, deve ser particularmente notado.

O total do activo subiu 35,7% para MZN66,947 milhões (2014: 11,9%). A subida nos depósitos de clientes continuou a impulsionar este crescimento. Os activos remunerados em percentagem do total do activo melhoraram ligeiramente para 84,8% face a 84,5% em 2014, em linha com os esforços desenvolvidos pelo banco para tornar o seu balanço mais eficiente.

O nosso balanço continua muito líquido, com uma elevada proporção de activos remunerados, compostos por bilhetes do tesouro, obrigações e depósitos junto de outros bancos. Esta situação dá-nos flexibilidade suficiente para responder às necessidades do mercado e potenciar ainda mais o nosso balanço, sem pôr em risco a nossa estrutura de financiamento.



Os nossos investimentos ao longo do tempo em novos canais, como agências, POS e ATMs, impulsionaram com sucesso o crescimento da nossa base de clientes. Em consequência, os nossos depósitos de clientes subiram 29,7% em termos anuais. Esta estratégia também foi crucial para permitir ao banco mudar progressivamente a sua base de depósitos de onerosos depósitos a prazo para depósitos à ordem mais baratos. Os depósitos à ordem subiram 31,6% em termos anuais.



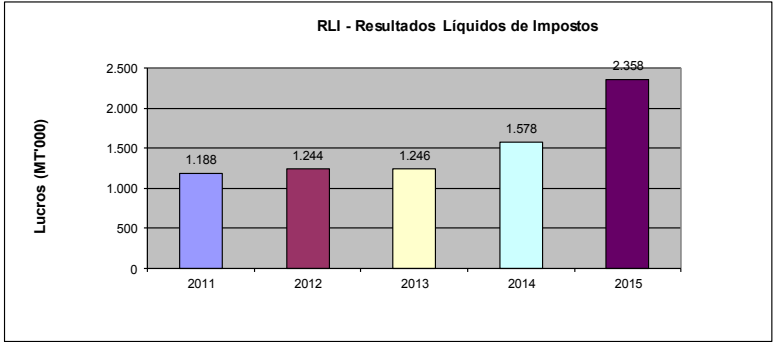
### ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto à performance da nossa conta de exploração, a margem financeira global caiu para 4,3% (2014: 5,2%), reflectindo uma conjuntura de taxas de juro baixas durante a maior parte do ano e o impacto das obrigações subordinadas emitidas pelo banco durante o exercício. As provisões para crédito também subiram em consequência de uma subida nas provisões gerais devido a uma carteira de crédito em crescimento. Por outro lado, as imparidades específicas caíram 7,9% em termos anuais.

	Dez. 15	% variação	Dez. 14
Margem financeira	2.881	12%	2.572
Outros proveitos	4.417	59%	2.776
Total de proveitos	7.298	36%	5.348
Provisões para imparidade do crédito	325	68%	193
Custos operacionais	3.594	23%	2.919

Apesar da conjuntura de baixas taxas de juro tanto local como internacionalmente, a margem financeira subiu 12% em termos anuais. Os outros proveitos subiram 59%, reflectindo o sucesso dos nossos esforços de diversificação de receitas. Em consequência, a nossa rentabilidade global (RLI) subiu de MZN1.577,6 milhões em 2014 para MZN2.357,5 milhões em 2015.





MARGEM FINANCEIRA

Apesar de um custo de financiamento mais elevado e da prevalência de baixas taxas de juro domésticas, a margem financeira subiu 12% em termos anuais. Esta subida deveu-se essencialmente a uma carteira de crédito em crescimento.

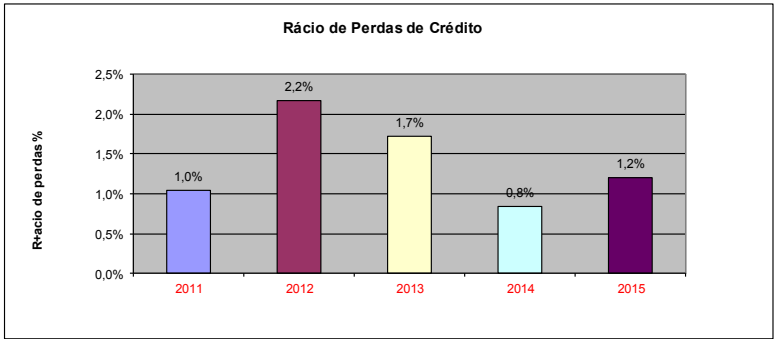
OUTROS PROVEITOS

Os outros proveitos, compostos por proveitos líquidos de comissões e proveitos líquidos de operações financeiras, registaram um forte crescimento em termos anuais, de 59%. Uma conjuntura de negócios estável durante a maior parte do ano foi favorável para os nossos proveitos líquidos de operações financeiras, enquanto que os nossos proveitos líquidos de comissões beneficiaram de uma gama diversificada de produtos e do crescimento da nossa base de clientes, que está a começar a gerar resultados positivos.

PROVISÕES PARA IMPARIDADE DO CRÉDITO

O banco continua a aplicar rigorosos critérios para concessão de crédito e a gerir de forma dinâmica as suas exposições, de maneira a garantir que as nossas práticas de concessão de crédito reflectam as condições económicas esperadas e a nossa apetência pelo risco. As nossas práticas de gestão do crédito são guiadas por um cumprimento estrito das Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelos requisitos regulamentares.

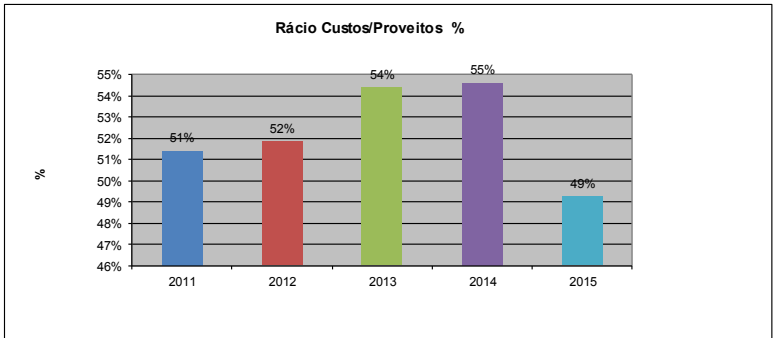
Embora as nossas provisões de crédito tenham subido de MZN193 milhões em 2014 para MZN325 milhões em 2015, esta situação deveu-se mais às provisões gerais do que a uma deterioração da qualidade da nossa carteira de crédito. Os nossos esforços de recuperação porfiados e activos tiveram como resultado o crédito mal-parado a descer 11%, o que teve como consequência uma redução de 8% na provisão específica do crédito. Esta situação compensou em grande medida a subida da provisão total da carteira de crédito, que decorreu do crescimento da carteira de crédito. Embora ligeiramente maior do que em 2014, o nosso rácio de perdas de crédito, de 1,2%, mantém-se dentro de parâmetros aceitáveis.



CUSTOS OPERACIONAIS

As oportunidades oferecidas por uma economia nacional em crescimento, combinada com a crescente sofisticação dos nossos clientes, fizeram com que se tornasse imperativo investir na nossa actividade para melhor servir os nossos clientes. Em consequência, realizámos investimentos significativos no nosso capital humano, bem como nas nossas plataformas tecnológicas, para garantir que continuamos a ter capacidade de nos adaptarmos a condições de mercado em mutação e às necessidades dos nossos clientes. Em linha com esse objectivo, aumentámos o nosso investimento em iniciativas de recrutamento e formação para garantir que a nossa reserva de talento é consentânea com as nossas prioridades estratégicas. Em consequência, o número dos nossos colaboradores subiu 7% durante o exercício, de 1.081 para 1.153.

Apesar disso, continuamos a manter uma abordagem disciplinada aos custos, sem comprometer as nossas ambições de crescimento. Não nos poupámos a esforços para manter os nossos custos operacionais tão baixos quanto possível, maximizando simultaneamente as eficiências de custos em todas as unidades de negócio e funções de apoio. Em consequência, os aumentos anuais de salários, as despesas de desenvolvimento do pessoal e as despesas no fortalecimento e melhoria das nossas operações levaram a uma subida de 23% dos nossos custos operacionais em termos anuais, para um valor de MT3.594 milhões (2014: MZN2.919 milhões). Apesar desta situação, o nosso rácio custos/proveitos registou uma descida notável para 49,3% (2014: 54,6%), uma vez que o crescimento dos proveitos suplantou o dos custos.



POSIÇÃO DE CAPITAL

A gestão do capital é um componente crítico da nossa estratégia. O nosso objectivo é manter a todo tempo um equilíbrio prudente entre rácios de capital que suportem devidamente o crescimento da actividade e a confiança dos depositantes e oferecer um retorno competitivo aos accionistas.

Em linha com os seus objectivos estratégicos, este ano o banco emitiu obrigações subordinadas no valor de MT1.001 milhões para melhorar os seus fundos próprios complementares (tier II).

	Dez. 15	Dez. 14
Fundos próprios de base (Tier I)	12.53%	9.33%
Fundos próprios complementares (Tier II)	2.78%	0.42%
Total	15.31%	9.75%

O capital mínimo exigido pelo Banco de Moçambique é 8%

O banco manteve a sua forte posição de capital durante o exercício, tendo cumprido ou mesmo ultrapassado todos os objectivos em termos de rácios. O rácio de solvabilidade subiu para 15,3%, bem acima do requisito regulamentar mínimo de 8%. Esta situação dá margem de manobra suficiente ao banco para utilizar ainda mais eficientemente o seu balanço em linha com os seus objectivos estratégicos de médio e longo prazo.

Declaração de responsabilidade dos Administradores


Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Standard Bank, S.A. que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 e as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pela cum sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras livres de distorções material, devidas quer a fraude, quer a erro, e à manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz. Os Administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Compete aos auditores externos elaborar o relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras do Standard Bank, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro 2016 e encontram-se assinadas em seu nome pelos seguinte representantes:

  
Admokoloma Chikwuma Nwokoche  
Administrador Delegado

  
Gonçalo Neta  
Director Financeiro

1

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
do exercício findo em 31 de Dezembro 2015

	Nota	2015 MT	2014 MT
Juros e rendimentos similares	5	3 313 577 465	2 841 214 614
Juros e encargos similares	5	(432 821 208)	(269 471 336)
<b>Margem financeira</b>		<b>2 880 756 257</b>	<b>2 571 743 278</b>
Rendimentos com taxas e comissões	6	1 086 955 851	894 629 087
Gasto com taxas e comissões	6	(17 372 615)	(11 520 585)
<b>Resultados com taxas e comissões</b>		<b>1 069 583 236</b>	<b>883 108 502</b>
Resultados de operações financeiras	7	3 348 446 570	1 894 466 122
<b>Resultados operacionais</b>		<b>7 298 786 063</b>	<b>5 349 317 902</b>
Imparidade de crédito	8	(324 953 119)	(193 006 574)
<b>Resultados operacionais após perda por imparidade de crédito</b>		<b>6 973 832 944</b>	<b>5 156 311 328</b>
Outras gastos		(947 222)	(1 503 271)
Outros gastos operacionais	9	(3 594 382 295)	(2 919 003 197)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>3 378 503 427</b>	<b>2 235 804 860</b>
Imposto sobre o rendimento	10	(1 020 986 810)	(658 216 228)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>2 357 516 617</b>	<b>1 577 588 632</b>
<b>Resultados por acção</b>			
• Básicos	11	MT 9.11	MT 6.10
• Diluídos	11	MT 9.11	MT 6.10

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL  
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	2015 MT	2014 MT
<b>Resultado do exercício</b>	<b>2 357 516 617</b>	<b>1 577 588 632</b>
Outros rendimentos integrais		
<b>Itens que nunca serão reclassificados posteriormente para resultados</b>		
Resultados de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)	(70 065 000)	(20 688 000)
Resultados de ganhos e perdas actuariais (assistência médica)	4 240 000	-
Resultado do justo valor dos imóveis	389 129 217	226 322 710
<b>Itens que podem ser reclassificados posteriormente para resultados</b>		
Resultado do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	(37 655 048)	16 596 279
<b>Rendimento integral</b>	<b>2 643 165 786</b>	<b>1 799 819 621</b>

BALANÇO  
em 31 de Dezembro de 2015

	Nota	2015 MT	2014 MT
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	6 494 370 751	4 547 230 690
Derivados	13	344 783 085	68 966 772
Activos detidos para negociação	13	2 046 872 861	2 574 806 175
Activos financeiros disponíveis para venda	14	6 989 639 550	5 580 395 525
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	20 317 787 193	10 518 882 498
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	26 873 252 825	22 911 169 928
Activos por impostos diferidos	25.2	-	6 634 440
Outros activos	16	151 565 486	121 868 625
Investimentos em capital	17	42 296 908	42 296 908
Outros activos tangíveis	18.1	3 514 417 506	2 824 547 656
Activos intangíveis	18.2	148 222 615	36 912 943
Activo do Fundo de Pensões	28	24 564 000	85 518 000


<b>Total do Activo</b>	<b>66 947 772 780</b>	<b>49 319 230 160</b>
------------------------	-----------------------	-----------------------

Capital Próprio e Passivo

<b>Capital próprio</b>		
Capital social	19	1 294 000 000
Reserva legal	20	1 294 000 000
Outras reservas	21	2 652 651 857
Resultados acumulados	22	5 025 206 996
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>10 265 858 853</b>

<b>Passivo</b>		
Derivados	13	329 097 575
Passivos detidos para negociação	23	-
Recursos de clientes	24	49 871 227 620
Passivos por impostos correntes	25	386 310 184
Passivos por impostos diferidos	25.1	363 887 472
Outros passivos	26	4 367 888 076
Empréstimos subordinados	27	1 297 169 000
Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma	29	66 334 000

<b>Total do Passivo</b>	<b>56 681 913 927</b>	<b>41 360 392 853</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>66 947 772 780</b>	<b>49 319 230 160</b>



Aos Accionistas do Standard Bank, S.A.

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Audítamos as demonstrações financeiras anexas do Standard Bank, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas, contendo um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

**Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro.

**Responsabilidade do Auditor**


A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido quer a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

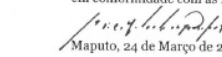
PricewaterhouseCoopers, Lda – Av. Vladimir Lenin, 174, 4º andar, Edifício Millennium Park  
Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique  
T: (+258) 21 360400, (+258) 21 307043/20, F: (+258) 21 307041/320299, E: maputo@mz.pwc.com  
URL: mz.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Lda  
Número de registo: 11575. NUIT: 403005916. Capital Social: 58 000,00 MZN



**Opinião**

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Standard Bank, S.A. em 31 de Dezembro de 2015, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

  
Maputo, 24 de Março de 2016



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS  
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva para o plano de acções do grupo	Reserva para riscos gerais de crédito	Outras reservas	Reserva de justo valor –activos disponíveis para venda	Resultados acumulados	Capital Próprio
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	1 294 000 000	725 742 692	117 332 609	18 517 718	1 886 472 839	897 535	(3 954 628)	2 740 492 452	6 779 501 217
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1 577 588 632	1 577 588 632
• Transferido para a reserva de risco geral de crédito	-	-	-	-	56 067 423	-	-	(56 067 423)	-
• Transferido para a reserva legal	-	236 638 295	-	-	-	-	-	(236 638 295)	-
• Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(623 219 587)	(623 219 587)
• Imposto diferido	-	-	(106 504 805)	-	-	-	(5 021 414)	-	(111 526 219)
• Justo valor em activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	21 617 694	-	21 617 694
Outras reservas	-	-	332 827 515	-	-	169 012	-	-	332 996 527
Plano de acções do Grupo	-	-	-	2 567 043	-	-	-	-	2 567 043
Resultado de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)	-	-	-	-	-	-	-	(20 688 000)	(20 688 000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1 294 000 000	962 380 987	343 655 319	21 084 761	1 942 540 262	1 066 547	12 641 652	3 381 467 779	7 958 837 307
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2 357 516 617	2 357 516 617
• Transferido para a reserva legal	-	331 619 013	-	-	-	-	-	(331 619 013)	-
• Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(335 237 584)	(335 237 584)
• Imposto diferido	-	-	(183 119 631)	-	-	-	9 413 762	-	(173 705 869)
• Justo valor em activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(47 068 810)	-	(47 068 810)
Outras reservas	-	-	572 248 848	-	-	(4 056 334)	-	2 943 341	571 135 856
Plano de acções do Grupo	-	-	-	(15 754 518)	-	-	-	15 960 854	206 336
Resultado de ganhos e perdas actuariais (fundo de pensões)	-	-	-	-	-	-	-	(70 065 000)	(70 065 000)
Resultado de ganhos e perdas actuariais (assistência médica pós-reforma)	-	-	-	-	-	-	-	4 240 000	4 240 000
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1 294 000 000	1 294 000 000	732 784 536	5 330 243	1 942 540 262	(2 989 787)	(25 013 396 )	5 025 206 994	10 265 858 853

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

	Nota	2015 MT	2014 MT
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Caixa gerada pelas actividades operacionais	31	3 820 222 066	2 552 672 531
Variações nos activos e passivos operacionais	32	8 457 638 239	(3 150 683 823)
		12 277 860 305	(598 011 292)
Imposto pago		(815 778 477)	(603 531 588)
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		<b>11 462 081 828</b>	<b>(1 201 542 880)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>			
Aquisição de outros activos tangíveis		(332 643 564)	(798 878 496)
Aquisição de activos intangíveis		(85 221 106)	(5 880 707)
Valores recebidos na venda de outros activos tangíveis	18.2	-	531 749
<b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>		<b>(417 864 670)</b>	<b>(804 227 454)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>			
Receita da emissão de obrigações subordinadas		1 037 065 181	1 806
Dividendos pagos		(335 237 584)	(623 219 587)
<b>Fluxo líquido de caixa de actividades de financiamento</b>		<b>701 827 597</b>	<b>(623 217 781)</b>
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		11 746 044 756	(2 628 988 085)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		15 066 113 188	17 695 101 273
Diferença cambial nos saldos de abertura		-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano</b>	33	<b>26 812 157 944</b>	<b>15 066 113 188</b>

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS  
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

1. INCORPORAÇÃO E ACTIVIDADES

O Standard Bank, SA é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Avenida 10 de Novembro nº 1, em Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited, um Banco de investimento constituído no Reino Unido que detém uma participação equivalente a 98.1% do capital.. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma entidade integralmente detida pelo Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os restantes 1,9% do capital do Banco são detidos por accionistas minoritários. O Banco tem por objecto social a realização de actividades de banca comercial e de investimentos, banca de retalho e a prestação de serviços afins.

2. BASES DE PREPARAÇÃO

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), conforme emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

2.1.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com excepção das seguintes situações:

- Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor;
- Os edifícios são mensurados ao justo valor;
- Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados aojusto valor;

- A responsabilidade respeitante aos planos de benefício definido é reconhecida pelo valor actual da obrigação de benefício definido e inclui ajustamentos por ganhos/perdas actuariais não reconhecidos e custos com o serviços passados.

2.1.3 Moeda funcional e de apresentação

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do Banco é o Metical, por ser a moeda predominante do ambiente económico em que o Banco opera e a moeda em que os seus registos contabilísticos são mantidos. As demonstrações financeiras são também apresentadas em Meticais, arredondados para a unidade do Metical (MT) mais próxima.

(b) Outra moeda de apresentação

Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em dólares americanos (USD). A demonstração do rendimento integral e as respectivas notas são convertidas para dólares americanos mediante a utilização da taxa de câmbio média do ano e as rubricas doo Balanço mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor no final do exercício. Todas as diferenças cambiais de conversão são reconhecidas directamente no capital próprio. As componentes do capital próprio são convertidas para dólares norte-americanos, à taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data.

2.1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise continua. Os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente. Na nota 4, descreve-se a utilização de estimativas e as principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Principais estimativas e julgamentos contabilísticos

O Comité de Auditoria aprova a aplicação das políticas contabilísticas e as estimativas efectuadas pela Administração em consulta com o Grupo. Tais políticas e estimativas contabilísticas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem complementam os comentários sobre a gestão de risco financeiro divulgados abaixo na Nota 3.

Principais fontes da incerteza das estimativas

Provisão para perdas por imparidade

A imparidade dos activos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é avaliada em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2 (h).

A componente específica da contraparte no total da imparidade aplica-se a créditos avaliados individualmente para imparidade e baseia-se na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa que se espera receber. Ao estimar esses fluxos de caixa, a Administração formula julgamentos sobre a situação financeira da contraparte e o valor realizável líquido de qualquer colateral subjacente. Cada activo em imparidade é avaliado quanto à sua qualidade e os métodos de trabalho para estimar os fluxos de caixa considerados recuperáveis são aprovados de forma independente pela função de risco de crédito.

A imparidade é avaliada colectivamente tendo em conta as perdas de crédito inerentes nas carteiras com características económicas semelhantes, quando há uma evidência objectiva a sugerir que as mesmas contêm perdas, mas cujos valores ainda não podem ser identificados. Na avaliação da necessidade de imparidade colectiva para cobrir os prejuízos resultantes de empréstimos, a Administração considera factores tais como a qualidade do crédito, o tamanho da carteira, as concentrações e os factores económicos. Para estimar a imparidade necessária, existem pressupostos para definir a forma como as perdas inerentes são modeladas e para determinar os parâmetros de input requeridos, baseados na experiência histórica e nas condições económicas actuais. A exactidão das provisões depende de quão adequadas são as estimativas dos fluxos de caixa futuros para as provisões de uma contraparte específica e os pressupostos do modelo e parâmetros usados na determinação de imparidades colectivas.

Justo valor de instrumentos financeiros

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação cuja base se encontra descrita na política contabilística 2.2 (h). Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação

do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da concentração de liquidez, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Justo valor de outros activos tangíveis

Os administradores estimam o justo valor dos edifícios utilizando avaliações profissionais independentes feitas durante o ano. Quando um activo é reavaliado, o valor contabilístico é reexpresso para o valor reavaliado do activo. Os aumentos nas quantias escrituradas resultantes da reavaliação, incluindo as variações cambiais, são reconhecidos como outros rendimentos integrais, a menos que compensem diminuições anteriores nas quantias escrituradas do mesmo activo e neste caso são reconhecidos nos resultados. As diminuições em quantias escrituradas que compensam aumentos anteriores do mesmo activo são reconhecidas em outro rendimento integral.

Outras

A natureza dos outros pressupostos e as estimativas de pensões e outros benefícios pós-emprego são divulgadas nas notas 28 e 29.

2.1.5 Normas emitidas mas ainda não adoptadas

Existem novas normas e alterações de normas com efectividade para períodos anuais com início após 1 de Janeiro de 2016. Na preparação destas demonstrações financeiras não foram ainda aplicadas as seguintes novas normas ou alterações:

Novas normas ou alterações	Resumo dos requisitos	Possível impacto nas demonstrações financeiras
NIRF 9 Instrumentos Financeiros	A NIRF 9, publicada em Julho de 2014, substitui a orientação existente na NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A NIRF 9 inclui a revisão da orientação sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de imparidade nos activos financeiros, e os novos requisitos de contabilidade de cobertura geral. Esta norma compreende igualmente a orientação sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da NIC 39. A NIRF 9 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.	O Banco está a avaliar o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras resultante da aplicação da NIRF 9. Dada a natureza das operações do Banco, espera-se que esta norma tenha um impacto generalizado nas suas demonstrações financeiras. Em particular, o cálculo da imparidade de instrumentos financeiros numa base de perda de crédito esperada deverá resultar num aumento do nível global da imparidade.
NIRF 15 Rêdito proveniente de Contratos com Clientes	A NIRF 15 estabelece uma estrutura compreensiva para determinar se, quanto e quando o rêdito é reconhecido esubstitui a orientação de reconhecimento do rêdito existente, incluindo a NIC 18 Rêdito, NIC 11 Contratos de Construção e IFRIC 13 Programas de Fidelidade de Clientes. A NIRF 15 é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017 mas possibilita a adopção antecipada.	O Banco está a avaliar o potencial impacto sobre as demonstrações financeiras resultante da aplicação da NIRF 15.
NIRF 16 Locações	Esta norma irá substituir a norma existente NIC 17 Locações, bem como as respectivas interpretações, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, sendo o locatário (cliente) e o locador (fornecedor). O princípio central desta norma é o reconhecimento no balanço, pelo locatário e pelo locador, de todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de locação.	O impacto sobre as demonstrações financeiras anuais ainda não foi determinado.

Não se espera que as seguintes novas normas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

- NIRF 14 Contas regulamentares diferidas.
- Contabilização de aquisições de interesse em operações conjuntas (emenda à NIRF 11).
- Clarificação de métodos aceitáveis de depreciação e amortização (emenda à NIC 16 e NIC 38).
- Agricultura: Plantas Produtoras (emenda à NIC 16 e NIC 41).
- Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas (emenda à NIC 27).
- Venda ou contribuição de activos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto (emenda à NIRF 10 e NIC 28).

## 2.2 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras excepto onde for especificamente mencionado o contrário.

### (a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano ajustado para a taxa de juro efectiva e pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data que foi determinado o justo valor. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

### (b) Juros

Os resultados de juros são reconhecidos em resultados, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa estimados futuros durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros sem ter em consideração as perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro. Os rendimentos e custos financeiros apresentados na demonstração dos resultados e na demonstração do rendimento integral incluem

- Os juros sobre os activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e calculados com base no método da taxa de juro efectiva;
- Os juros sobre títulos disponíveis para venda calculados com base no método da taxa de juro efectiva;
- A porção efectiva das variações do justo valor em derivados de cobertura que se qualificam, designados em coberturas de fluxo de caixa com variabilidade nos fluxos de caixa de juros no mesmo período em que os fluxos de caixa cobertos afectam rendimentos e custos; e
- A porção efectiva das variações do justo valor em derivados de cobertura que se qualificam, designados em coberturas do risco da taxa de juro;

Os resultados juros dos activos e passivos detidos para negociação são considerados acessórios às operações comerciais do Banco e são apresentados no resultado de operações financeiras, em conjunto com todas as outras variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

### (c) Rendimento com taxas e comissões

Os rendimentos com taxas e comissões que compõem a taxa de juro efectiva num activo ou passivo financeiro são incluídas na mensuração da taxa de juro efectiva. Todos os outros rendimentos de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de corretagem, transacções financeiras estruturadas de projectos, comissão de vendas, taxas de colocação e taxas de sindicância são, geralmente, reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo e diferimento à medida que os respectivos serviços forem prestados.

Os outros custos com taxas e comissões referem-se, principalmente, aos custos de transacções e serviços, os quais são reconhecidos em resultados à medida que os serviços forem recebidos.

### (d) Resultados de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras incluem os ganhos e perdas em transacções de comercialização de moeda estrangeira, os ganhos e perdas na conversão de itens monetários denominados em moeda estrangeira e os juros e as variações no justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

### (e) Pagamentos de locações

Os pagamentos relativos a locações operacionais são reconhecidos em resultados, de forma constante durante o prazo do contrato de locação. Os incentivos de locação recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de locação durante o prazo do respectivo contrato. Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são repartidos entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. A locação financeira é alocada a cada período durante os termos do contrato, de modo a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer pagamento necessário a efectuar ao locador a título de penalização é reconhecido como custo no período em que a rescisão ocorre.

Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de contratos de locação que transferem para o Banco substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como locações financeiras. O activo locado é mensurado pelo valor igual ao menor entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Após o reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável àquele activo. Os activos detidos pelo Banco ao abrigo de outros contratos de locação são classificados como locações operacionais e não são reconhecidos no Balanço do Banco.

Se o Banco é o locador, num contrato de locação que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo para o locatário, então, o contrato é classificado como uma locação financeira e é apresentada nos empréstimos e adiantamentos de clientes uma conta a receber igual ao investimento líquido na locação.

### (f) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido, os quais são reconhecidos em resultados com excepção da parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos no capital próprio ou em rendimento integral.

### Imposto corrente

O imposto corrente é o montante de imposto previsto a liquidar sobre o rendimento tributável do exercício com base nas taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de Balanço.

### Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo por base as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, para efeitos de reporte financeiro, e os valores usados para efeitos fiscais. Não existe reconhecimento de imposto diferido quando do reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transacção que não é uma concentração de actividades empresariais e que não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O montante do imposto diferido reconhecido baseia-se na forma esperada de realização ou liquidação do valor contabilístico dos activos e passivos mediante a utilização de taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de Balanço. Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar os activos e passivos por impostos correntes que digam respeito a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em entidades fiscais diferentes mas que pretendam pagar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida ou em que os seus activos e passivos por impostos diferidos serão realizados simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável a disponibilidade de lucros fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de Balanço e são reduzidos com a probabilidade de o benefício não vir a ser realizado.

Os impostos adicionais que surgem a partir da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagar o dividendo relacionado é reconhecida. Estes valores são geralmente reconhecidos em resultados, porque geralmente estão relacionados com rendimentos decorrentes de operações originalmente reconhecidas em resultados.

### Disposições fiscais

Na determinação do montante do imposto corrente e diferido, o Banco tem em consideração o impacto de posições fiscais incertas e se são devidos impostos adicionais e juros. Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e envolve uma série de julgamentos sobre eventos futuros. A existência de novas informações pode originar a alteração do julgamento feito pelo Banco sobre a adequação dos passivos fiscais existentes. As alterações no valor dos passivos fiscais terão impacto no gasto de imposto do exercício em que ocorre.

### (g) Pagamentos com base em acções

O justo valor na data da concessão de prémios de pagamento com base em acções - ou seja, opções de acções - concedidas aos empregados é reconhecido em gastos com o pessoal e no capital próprio, ao longo do período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito de gozar estes prémios. O valor reconhecido como gasto é ajustado para reflectir o número de prémios para os quais os serviços relacionados e as condições de desempenho, não de mercado, se espera que sejam atingidos, de modo que o montante finalmente reconhecido como gasto tenha como base o número de prémios que satisfazem as condições relacionadas e que não sejam de mercado na data de aquisição. Para prémios de pagamento com base em acções com condições de não aquisição, o justo valor na data de concessão do pagamento com base em acções é mensurado para reflectir tais condições e não existe ajustamento para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

### (h) Activos e passivos financeiros

#### (i) Reconhecimento

O Banco faz o reconhecimento inicial, na data em que são originados, dos empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão se o item não for classificado ao justo valor através de resultados.

#### (ii) Classificação

##### Activos Financeiros

O Banco classifica os seus activos financeiros numa das seguintes categorias:

- empréstimos e contas a receber;
- detidos até à maturidade;
- disponíveis para venda; e
- ao justo valor através de resultados, e nesta categoria incluem-se:
  - os detidos para negociação; ou
  - os designado ao justo valor através de resultados.

##### Passivos financeiros

O Banco classifica os seus passivos financeiros, que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de resultados.

#### (iii) Desreconhecimento

##### Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram ou quando transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais através de uma transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a valor contabilístico do activo (ou a valor contabilístico alocada à parte do activo desreconhecido)e a soma:

(i) do valor recebido (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e (ii) de qualquer ganho ou perda acumulado que tenha sido reconhecido no rendimento integral e reconhecido em resultados. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento e que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo em separado.

Nos casos em que o Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos no Balanço, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles, os activos transferidos não são desreconhecidos. Os empréstimos de títulos e as transacções de venda e recompra são exemplos de tais transacções.

Quando os activos são vendidos a terceiros, com uma taxa simultânea de retorno swap sobre os activos transferidos, a transacção é reconhecida como uma transacção de financiamento, com garantia semelhante a transacções de venda e recompra, porque o Banco mantém todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios de propriedade dos activos.

Nas operações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do activo financeiro e mantém o controlo sobre o mesmo activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto as alterações no valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de gerir o activo financeiro transferido em troca de honorários. O activo transferido é desreconhecido caso cumpra os critérios de desreconhecimento. Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de manutenção se a taxa de manutenção é mais que suficiente (activo) ou é menor do que adequada (passivo) para a realização da manutenção.

### Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

#### (iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no Balanço sempre que exista um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e a intenção de efectuar a liquidação pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRF ou quando os ganhos e perdas são provenientes de um grupo de transacções semelhantes geradas na actividade comercial do Banco.

#### (v) Mensuração do custo amortizado

O “custo amortizado” de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução por perda por imparidade.

#### (vi) Mensuração do justo valor

“Justo valor” é o preço que seria recebido para vender um activo, ou pago para transferir um passivo, numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso a que o Banco tivesse acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo quando as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e em volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado têm em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção, ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção, e o justo valor não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercado observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor ajustado de forma a ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em resultados, numa base adequada, ao longo da vida do instrumento, ou quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou é concluída.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que se encontram expostas ao risco de mercado e risco de crédito, e que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida ao mercado ou ao risco de crédito, são mensuradas com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma determinada exposição de risco. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos individualmente aos activos e passivos, combase no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior ao valor a ser pago à ordem descontado desde a data em que o pagamento da quantia pode ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor na data de Balançiem que ocorre a mudança.

#### (vii) Identificação e mensuração de imparidade

O Banco avalia, a cada data de relato, se há evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros não reconhecidos pelo justo valor através de resultados. Um activo financeiro ou um grupo de activos está em imparidade quando existe evidência objectiva da ocorrência de perdas após o reconhecimento inicial do activo e tais perdas afectem os fluxos de caixa futuros de um activo que pode ser mensurado com fiabilidade.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui:

- Dificuldades financeiras significativas do mutuário ou emitente;
- Incumprimento ou atraso nos pagamentos por parte do mutuário;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco que de outra forma não seria considerado;
- Indicações de que um mutuário ou emitente entrará em falência;
- O desaparecimento de um mercado activo para um título; ou
- Dados observáveis relativos a um grupo de activos tais como alterações adversas no estado do pagamento dos mutuários ou emitentes no grupo ou condições económicas que se correlacionam com os incumprimentos do grupo.

Adicionalmente, e no que respeita a um investimento em títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado abaixo do custo no seu justo valor é evidência objectiva de imparidade. Em geral, o Banco considera um declínio de 20% como “significativo” e um período de nove meses como “prolongado”. No entanto, em determinadas circunstâncias uma descida inferior ou um período mais curto pode ser apropriado.

O Banco considera a evidência de imparidade para os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade tanto em termos específicos como colectivos. Todos os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos e os títulos de investimento detidos até à maturidade são avaliados quanto à imparidade específica. Aqueles que não se encontram em situação de imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade incorrida mas ainda não identificada. Os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade que não sejam individualmente significativos são avaliados colectivamente para efeitos de imparidade, agrupando os empréstimos e adiantamentos e os títulos de investimento detidos até à maturidade com características de risco semelhantes.

Na avaliação da imparidade colectiva, o Banco utiliza modelos estatísticos, avaliando os dados históricos de probabilidade de incumprimento, o tempo de recuperação e o valor de perda incorrido, e faz um ajustamento caso as condições económicas e de crédito correntes sejam tais que as perdas reais sejam provavelmente maiores ou menores do que o sugerido pelas tendências históricas. As taxas de incumprimento, taxas de perda e o tempo de recuperações futuras são regularmente comparadas com os resultados verificados, para garantir que estas se mantêm adequadas.



As perdas por imparidade de activos mensurados pelo custo amortizado são calculadas como a diferença entre o valor contabilísticovalor contabilístico e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original.

Se os termos de um activo financeiro são renegociados ou modificados, ou um activo financeiro existente é substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, é feita uma avaliação sobre se o activo financeiro deve ou não ser desreconhecido. Se os fluxos de caixa dos activos renegociados são substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são consideradas como tendo expirado. Neste caso, o activo financeiro original é desreconhecido e o novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor. A perda por imparidade antes de uma reestruturação esperada é mensurada conforme descrito de seguida::

- Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, os fluxos de caixa estimados resultantes do activo financeiro modificado são incluídos na mensuração do activo existente com base na maturidade e nos valores descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.
- Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, o justo valor esperado do novo activo é o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é descontado a partir da data esperada de desreconhecimento, à data de relato e com base na taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber ou títulos de investimento detidos até à maturidade. Os juros sobre os activos em imparidade continuam a ser reconhecidos através da reversão do desconto. Se um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento da imparidade faz com que o montante de perda por imparidade diminua, então, essa diminuição é revertida através de resultados.

O Banco abate um empréstimo ou um título de dívida de investimento, parcialmente ou na totalidade, e qualquer provisão para perdas por imparidade, quando a administração determina que não existe perspectiva realista de recuperação.

#### Instrumentos específicos: Instrumentos financeiros derivados

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura: um derivado é um instrumento financeiro cujo valor altera em resposta a uma variável subjacente, requer pouco ou nenhum investimento líquido inicial e é liquidado numa data futura. Os derivados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor na data em que são contratados e subsequentemente remensurados ao seu justo valor.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem notas e moedas em cofre, depósitos no Banco Central (Banco de Moçambique), e activos financeiros de elevada liquidez com maturidades originais de três meses, ou menos, a partir da data de aquisição, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças no seu justo valor e são utilizados pelo Banco na gestão de seus compromissos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa são contabilizados pelo custo amortizado no Balanço. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, os empréstimos e adiantamentos a Outras Instituições de Crédito estão incluídos como parte de caixa e equivalentes de caixa.

#### Activos e passivos detidos para negociação

Os activos e passivos detidos para negociação são activos e passivos que o Banco adquire ou incorre com o objectivo de vender ou recomprar no curto prazo ou detêm como parte duma carteira que é gerida em conjunto para obter lucro no curto prazo, ou a tomada de posição.

Os activos e passivos detidos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente mensurados ao justo valor, com os custos de transacção reconhecidos nos resultados. Todas as mudanças no justo valor são reconhecidas em resultados, como parte dos resultados de operações financeiras. Os activos e passivos detidos para negociação não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial com excepção dos activos não derivados detidos para negociação que não sejam designados ao justo valor através dos resultados no reconhecimento inicial, os quais poderão ser reclassificados fora do justo valor através dos resultados – categoria de activos detidos para negociação caso não estejam detidos com o propósito de venda ou recompra a curto prazo e quando são satisfeitas as seguintes condições:

- Se o activo financeiro se enquadrar na definição de empréstimos e contas a receber (não ser classificado como detido para negociação no reconhecimento inicial), pode ser reclassificado se o Banco tiver a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade

Se o activo financeiro não se enquadrar na definição de empréstimos e contas a receber, pode ser reclassificado da categoria de negociação apenas em raras circunstâncias.

#### Empréstimos e adiantamentos

Os empréstimos e adiantamentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo, diferentes dos que são classificados pelo Banco pelo justo valor através de resultados ou disponíveis para venda.

Os empréstimos e adiantamentos a Bancos são classificados como empréstimos e contas a receber. Os empréstimos e adiantamentos a clientes incluem:

- Empréstimos e contas a receber
- Contas a receber de locação financeira

Os empréstimos e adiantamentos são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transacção associados e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos e adiantamentos incluem igualmente as contas a receber de locação financeira em que o Banco é o locador. Os empréstimos e adiantamentos são apresentados líquidos de provisões para reflectir os valores recuperáveis estimados.

#### Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente mensurados pelo justo valor mais, no caso de títulos de investimento não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção associados e subsequentemente dependendo da sua classificação como ao justo valor através de lucros ou prejuízos ou disponíveis para venda.

#### Justo valor através de resultados

O Banco designa alguns investimentos como títulos adquiridos ao justo valor e com as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

#### Disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são investimentos não derivados que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados noutra categoria de activos financeiros. Os investimentos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial. Os juros recebidos são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva. O rendimento de dividendos é reconhecido em resultados quando o Banco passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas cambiais para investimentos de títulos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos nos resultados. As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados. As outras variações de justo valor, com excepção das perdas por imparidade, são reconhecidas no rendimento

integral e apresentadas na reserva de justo valor no capital próprio. Quando o investimento é vendido, os ganhos ou perdas acumuladas no capital próprio são reclassificados para resultados. Os activos financeiros não derivados podem ser reclassificados da categoria disponíveis para venda para a categoria de contas a receber quando se enquadram na definição de empréstimos e contas a receber e o Banco tem a intenção e capacidade de deter o activo financeiro no futuro previsível ou até à maturidade.

#### Depósitos, títulos de dívida e obrigações subordinadas

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são fontes de financiamento através de dívida do Banco.

Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são inicialmente mensurados ao justo valor mais custos de transacção associados, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva, excepto aqueles que o Banco designa por passivos ao justo valor através de resultados.

#### Outros passivos financeiros

Os outros passivos evidenciados por papel comercial são classificados como passivos não negociáveis. Estes são reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando uma taxa de juro efectiva.

#### (i) Outros activos tangíveis

##### Activos próprios

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo.

Subsequentemente, os edifícios são mensurado por quantias revalorizadas enquanto os outros activosão mensurados ao custo ou custo considerado menos a depreciação acumulada (ver abaixo) e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo de activos desenvolvidos internamente inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e uma proporção apropriada dos custos gerais de produção.

Quando um item de outros activos tangíveis inclui componentes significativas com períodos de vida útil estimada diferentes a contabilização é feita em classes separadas de activos.

Os edifícios são periodicamente reavaliados nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente da revalorização é reconhecido como reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até que seja realizado, altura em que é transferido directamente para resultados transitados.

##### (ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos na valor contabilístico do activo ou são reconhecidos, se apropriado, como um activo independente apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do activo puder ser mensurado de forma fiável. Os restantes custos com manutenção e reparação são registados noutros custos operacionais durante o período financeiro em que foram incorridos.

#### Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, para imputar os custos dos itens de outros activos tangíveis, menos os seus valores residuais, ao longo do seu período de vida útil estimada. Os prazos de vida útil estimada para os período actual e comparativo, são os seguintes:

Número de anos	
• Edifícios	50
• Equipamento	3 – 10
• Veículos	4
• Mobiliários e outros equipamentos	10

Os métodos de depreciação, valores residuais e vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário a cada data de relato.

Os ganhos e perdas em alienações são reconhecidos em resultados e determinados pela diferença entre o valor da vendade o valor líquido contabilístico.

#### (j) Activos intangíveis

Os software adquirido pelo Banco é mensurado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos do software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando a entidade é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que irá gerar benefícios económicos futuros e consegue mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software bem como os custos capitalizados dos empréstimos obtidos para o efeito, e são amortizados durante a vida útil do software. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes em activos de software são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem. Todos os outros custos são reconhecidos em resultados quando incorridos.

#### Amortização

A amortização é reconhecida com base em quotas constantes calculadas em função do valor estimado das vidas úteis dos activos intangíveis. Os activos intangíveis são amortizados por um período não superior a 5 anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados quando apropriado.

#### (k) Imparidade de activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos não financeiros e dos activos por impostos diferidos são revistas a cada data de relato para apurar se há evidência objectiva de imparidade e quando esta existe estima-se o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de transação. Ovalor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados a uma de taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as avaliações correntes do mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo.

Para outros activos que não o trespasse, uma perda por imparidade é revertida somente na medida em que a valor contabilístico do activo não exceda a valor contabilístico que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

#### (l) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como uma exigibilidade no período em que são declarados.

#### (m) Benefícios dos empregados – Obrigações com pensões

De acordo com os contratos de trabalho negociados com os seus trabalhadores,

o Banco assumiu a responsabilidade de pagar pensões de reforma, incluindo benefícios às viúvas, órfãos e pessoas singulares, em conformidade com o estabelecido por um acordo colectivo de trabalho.

#### Plano de benefício definidos

No que diz respeito aos benefícios de reforma acima, o Banco criou um fundo interno para cobrir os custos futuros com pensões. Os activos deste plano mantidos pelo fundo são representados por investimentos em contas de depósito de alto rendimento, obrigações emitidas por empresas de qualidade e contas correntes. As receitas resultantes dos activos do plano destinam-se a cobrir a obrigação que vier a ser determinada por meio de uma avaliação actuarial.

A contribuição para o activo do fundo é efectuada mensalmente e os juros e retornos gerados pelos activos do plano são capitalizados anualmente.

A avaliação actuarial da obrigação de benefício definido é efectuada com base no método de crédito da unidade projectada e intervalos regulares que a Administração julga mais convenientes, de modo a assegurar que os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras não são materialmente diferentes dos valores que seriam determinados à data do relato.

O passivo apresentado no Balanço que respeita às obrigações em planos de benefício definido é determinado pelo valor actual das obrigações e inclui os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (ver abaixo) e custos de serviços prestados no passado.

#### Ganhos e perdas actuariais

Os ganhos e perdas actuariais resultam das alterações nos pressupostos actuariais e dos efeitos das diferenças entre os pressupostos actuariais anteriores e o real (ajustamentos experienciais).

Os ganhos actuariais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, de acordo com a emenda à NIC 19: Benefícios dos Empregados.

#### Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

#### Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

#### Plano de contribuição definida

As obrigações respeitantes às contribuições para os planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços relacionados são prestados e reconhecidos como custos com pessoal em resultados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução em futuros pagamentos está disponível.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como custo quando os serviços relacionados são prestados e são reconhecidos como custos com o pessoal em resultados.

#### (n) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tem uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, em que é muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação, e o valor se possa estimar de forma fiável.

As provisões são mensuradas com base no valor actual dos custos que se espera incorrer para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de imposto que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando necessário, o risco específico do passivo.

#### (i)Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Banco aprova um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente. As perdas futuras não são provisionadas.

#### (ii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que o Banco espera obter a partir de um contrato forem inferiores aos custos considerados inevitáveis para satisfazer as suas obrigações nos termos do contrato. A provisão é mensurada pelo menor valor presente entre os custos do término do contrato e o custo líquido esperado com a continuação do contrato. Antes de reconhecer uma provisão o Banco reconhece as perdas por imparidade dos activos associados a esse contrato.

#### (iii) Taxas bancárias

A provisão para taxas bancárias é reconhecida quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa é cumprida. Se uma taxa está sujeita a um limite mínimo de operações para que o factor gerador da obrigação seja o alcance de uma actividade mínima, a provisão é reconhecida quando o limite mínimo de actividade é alcançado.

#### (o) Empréstimos que rendem juros

Os empréstimos que rendem juros são inicialmente reconhecidos ao custo, deduzido dos custos de transacção atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são mensurados pelo custo amortizado e as diferenças entre o custo e o valor de resgate são reconhecidos em resultados, no decurso do período dos empréstimos e com base no método da taxa de juro efectiva.

#### (p) Resultados por acção

O Banco apresenta resultados por acção básicos e diluídos (EPS) para as suas acções ordinárias. Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período. Os resultados por acção diluídos são determinados ajustando os resultados atribuíveis aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação pelos efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, que compreendem opções sobre acções concedidas aos empregados.

#### 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

##### Objectivos, políticas e processos

As actividades do Banco expõem a instituição a riscos financeiros de diversa ordem. Estas actividades também incluem a análise, avaliação, aceitação e gestão de certo grau de risco ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é o de atingir um equilíbrio adequado entre retorno e o risco e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.



Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivados. O Banco aceita depósitos de clientes remunerados em duas modalidades de taxa (fixas ou indexadas), com diferentes maturidades, e tenta gerar margens de juro acima da média, investindo estes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar estas margens consolidando os fundos de curto prazo e fazendo empréstimos por períodos mais longos, a taxas mais altas, mantendo liquidez suficiente para atender a todas as necessidades que possam surgir.

Assim, as políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco foram desenvolvidas no sentido de permitir a identificação e a análise dos riscos, a definição de limites e controlos de risco apropriados e a supervisão dos riscos e grau de adesão aos limites fixados mediante a implementação de sistemas de informação fiáveis e atualizados. O Banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados, por forma a considerar as alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

#### Estrutura, âmbito e natureza de relato de risco

A gestão do risco é realizada pelo Departamento de Risco, no âmbito das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este departamento identifica, avalia e salvaguarda os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para a gestão global de risco bem como políticas escritas que abrangem áreas específicas, tais como, o risco cambial, o risco da taxa de juro, o risco de crédito e a utilização de instrumentos financeiros derivados e de instrumentos financeiros não-derivados. A auditoria interna é responsável pela revisão independente das políticas de gestão de risco e pelo ambiente de controlo. Dos diferentes tipos de riscos a que o Banco está exposto destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial e orisco da taxa de juros..

#### 3.1 RISCO DE CRÉDITO

O Banco está exposto ao risco de crédito, isto é, o risco de uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao Banco por falta de quitação de uma obrigação contratual. A cada data de relato, são consituídas provisões para perdas por imparidade para cobrir os prejuizos incorridos. As mudanças significativas na economia, ou na saúde de um determinado segmento da indústria em que existas uma concentração da carteira do Banco, poderão resultar em perdas diferentes das previstas à data de relato. Consequentemente, a Administração está empenhada em gerir cuidadosamente a exposição do Banco ao risco de crédito.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito a que está exposto e estabelece limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário ou grupos de mutuários e com os segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a revisões anuais ou com mais frequência. Os limites ao nível de risco de crédito por produto, sector de indústria e país são aprovados pelo Conselho de Administração.

A exposição a qualquer mutuário, incluindo bancos, é restringida por sub-limites, abrangendo exposições do balanço e extra-patrimoniais e limites de risco estabelecidos diariamente com relação aos itens negociáveis, tais como os contratos de operações cambiais a prazo. As exposições reais têm em conta os limites definidos e são controladas numa base diária.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários cumprirem com o pagamento dos juros e reembolso de capital e, se necessário, mediante a alteração dos limites de crédito. A obtenção de cauções e garantias corporativas e pessoais faz parte da gestão da exposição ao risco de crédito.

Os Administradores criaram um Comité de Crédito que implementa a política de crédito do Banco. É política do Banco exigir garantias adequadas aos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados. São geralmente obtidas cauções aceitáveis sob a forma de dinheiro, inventários, investimentos cotados em Bolsa ou hipoteca de propriedades.

##### 3.1.1 Mensuração do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos

A mensuração operacional pode contrastar com as provisões para imparidade exigidas pela NIC 39 e que se baseiam nas perdas incorridas à data de relato (“modelo da perda incorrida”) e não das perdas esperadas.

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais usando ferramentas internas de avaliação adaptadas às diferentes categorias da contraparte e desenvolvidas internamente, que combinam a análise estatística com o julgamento do gestor do crédito e são validadas, se necessário, mediante a comparação com os dados externos disponíveis.. Os clientes do Banco estão segmentados em cinco classes de avaliação e a escala de avaliação do Banco, tal como apresentada de seguida, reflecteas probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as classes de acordo com a alteração da probabilidade de incumprimento.

Classificação interna do Banco

Empréstimos em cumprimento

1. Monitoria padrão
2. Monitoria especial

Empréstimos em incumprimento

3. Sub-padrão
4. Duvidosos
5. Prejuízo

Os incumprimentos observados de acordo com a categoria de classificação variam de ano para ano e especialmente durante um ciclo económico.

(i) A exposição é calculada em função dos montantes que o banco prevê estarem em dívida na data do incumprimento. Por exemplo, no caso de um crédito significa o valor nominal do crédito.. Relativamente a uma obrigação, o Banco inclui os montantes já desembolsados mais os montantes adicionais que possam vir a ser desembolsados à data do incumprimento caso este ocorra.

(ii) As perdas devido a incumprimento, ou gravidade da perda, representam a expectativa do Banco relativamente à dimensão das perdas que poderão resultar de acções que decorram de incumprimento, e são expressas em termos de perda percentual por unidade de exposição que varia tipicamente segundo o tipo de contraparte, tipo de acção e hierarquia de créditos e existência de garantia real ou outras medidas de mitigação.

##### 3.1.2 CONTROLO DO LIMITE DO RISCO E POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO

As cauções, garantias, derivados de crédito e exposições patrimoniais e extrapatrimoniais são frequentemente utilizadas para mitigar o risco de crédito. As políticas e procedimentos de mitigação de risco de crédito asseguram que as técnicas de mitigação de risco de crédito sejam aceitáveis, utilizadas de forma consistente, valorizadas de forma regular e adequada e possam satisfazer os requisitos de risco de gestão operacional para a aplicação legal, prática e antecipada.

O Banco gere limites e controla a concentração do risco de crédito sempre que este é identificados, em particular, para contrapartes individuais, grupos e indústrias.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito mediante a aplicação de limites de valor do risco aceite na relação com um mutuário, ou grupos de mutuários, e para

segmentos geográficos e de indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto, sector da indústria e por país são aprovados trimestralmente pelo Conselho de Administração.

As cartas de crédito são também sujeitas a avaliações rigorosas de crédito antes de serem emitidas. Os acordos especificam os limites monetários para as obrigações do Banco.

Outros controlos específicos e medidas de mitigação apresentam-se como segue:

##### (a) Garantias

O Banco recorre a uma gama de políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais frequente é a obtenção de colaterais obre fundos mutuados. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução do risco de crédito. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre residencias próprias;
  - Encargos sobre activos comerciais, tais como instalações, equipamentos, inventários e contas a receber;
  - Encargos sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e acções.
- O financiamento e empréstimos de longo prazo a empresas são feitos com garantias; as linhas de crédito individual renovável não estão normalmente sujeitas a garantia. Para minimizar as perdas de crédito, o Banco procura obter garantias reais adicionais da contraparte assim que são observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Agarantias reais constituídas sobre activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos são determinadas pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Banco detém os seguintes tipos de garantias de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2015	2014
	MT	MT
Banca de retalho e de negócio		
Empréstimos hipotecários	3 261 076 413	3 171 594 235
Vendas a prestações e locações financeiras	677 771 803	813 977 911
Outros empréstimos e adiantamentos	798 833 201	6 157 250
Banca de grandes empresas e de investimento		
Empréstimos a grandes empresas	6 172 268 385	788 994 963
• Operações de locação financeira imobiliária	1 323 482 436	1 974 287 952
Em 31 de Dezembro	12 233 432 238	6 755 012 311

##### (b) Derivados

O Banco mantém limites de controlo rigorosos sobre as posições líquidas abertas derivadas (isto é, a diferença entre contratos de compra e venda), no que respeita ao valor e prazo. Em qualquer altura, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao justo valor actual dos instrumentos que sejam favoráveis para o Banco (ou seja, activos em que o seu justo valor seja positivo), o qual, em relação aos instrumentos derivados, constitui apenas uma pequena fracção do contrato, ou valores fictícios utilizados para exprimir o volume de instrumentos pendentes. Esta exposição ao risco de crédito é gerida como parte do conjunto de limites de crédito com os clientes, em conjunto com potenciais exposições dos movimentos do mercado. As cauções ou outras garantias não são normalmente obtidas para exposições ao risco de crédito destes instrumentos, excepto nos casos em que o Banco exige depósitos de margem às contrapartes.

O risco de liquidação surge em qualquer situação em que o Banco efectue um pagamento em dinheiro, valores mobiliários ou acções, na expectativa de um recebimento correspondente em dinheiro, valores mobiliários ou acções. São estabelecidos limites diários de liquidação para cada uma das contrapartes para efeitos de cobertura do agregado dos riscos resultantes da liquidação das transacções de mercado feitas pelo Banco num único dia.

##### (c) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo destes instrumentos é assegurar que os fundos estão disponíveis para o cliente em qualquer momento. As garantias e as cartas de crédito de apoio estão sujeitas ao mesmo risco de crédito que os empréstimos. As cartas de crédito documentais e comerciais que representam compromissos escritos pelo Banco em nome de um cliente, autorizando um terceiro a responsabilizar o Banco, até um montante estipulado sob termos e condições específicas, são garantidas por remessas de mercadorias subjacentes a que dizem respeito e, por isso, correm menos riscos do que um empréstimo directo.

Os compromissos para aumentar o crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações visando aumentar o crédito, quer sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito nos compromissos que visam aumentar o crédito, o Banco fica potencialmente exposto à perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável da perda é inferior ao total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar o crédito são contingentes aos clientes manterem padrões de crédito específicos. O Banco controla o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, porque os compromissos de longo prazo assumidos têm de um modo geral, um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de prazo mais curto.

##### 3.1.3. Imparidade e políticas de aprovisionamento

Os sistemas de classificação interna e externa descritos na Nota 3.1.1 estão focados no mapeamento da qualidade do crédito desde o início da concessão de empréstimos e de investimento. Em contrapartida, as provisões para cobrir a imparidade são reconhecidas para efeitos de informação financeira apenas para as perdas que tenham sido incorridas à data de relato, com base em evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante das perdas de crédito incorridas previstas nas demonstrações financeiras é geralmente mais baixo do que o montante determinado a partir do modelo da perda esperada que é utilizado para efeitos de gestão operacional interna e de reporte regulamentar.

A provisão para imparidade evidenciada no Balanço no final do exercício é obtida a partir de cada uma das cinco classes de classificação interna. No entanto, a maior parte da provisão para imparidade provém das duas classes inferiores. A tabela na nota 3.1.4 (a) mostra o percentual das rubricas do Balanço do Banco referente aos empréstimos e adiantamentos e a provisão de imparidade associada para cada uma das categorias de classificação interna do Banco.

A ferramenta de classificação interna ajuda os gestores a determinarem se existem evidências objectivas de imparidade nos termos da NIC 39 com base nos seguintes critérios estabelecidos pelo Banco:

- Incumprimento dos pagamentos contratuais do capital ou de juros;
- Dificuldades de fluxo de caixa enfrentadas pelo mutuário (por exemplo, rácio de capital, percentagem do rendimento líquido de vendas);
- Violação de acordos ou condições do empréstimo;

- Início do processo de falência;
- Diminuição da posição competitiva do mutuário;
- Deterioração do valor da garantia; e
- Classificação abaixo do nível do investimento.

A política do Banco exige que os activos financeiros que ultrapassem os limiares de materialidade sejam avaliados individualmente, pelo menos uma vez por ano, ou com uma periodicidade menor, quando as circunstâncias assim o exigirem. As provisões para imparidade nas contas avaliadas individualmente são determinadas por uma avaliação das perdas incorridas à data de relato, numa análise caso a caso, e são aplicadas individualmente a todas as contas principais. A avaliação abrange, normalmente, as garantias mantidas (incluindo a reconfirmação da sua aplicabilidade) e as receitas antecipadas para essa conta individual.

A imparidade avaliada em moldes colectivos é efectuada relativamente a: (i) carteiras de activos homogéneos que se situem, individualmente, abaixo dos limiares de materialidade; e (ii) perdas que tenham sido incorridas mas que ainda não tenham sido identificadas, usando a experiência histórica disponível com julgamento experiente e técnicas estatísticas.

##### 3.1.4 Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou outros facilitadores de crédito

	2015	2014
	MT	MT
Exposição ao de risco de crédito relativo às rubricas do Balanço:		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	6 494 370 751	4 547 230 690
Derivados	344 783 085	68 966 772
Activos detidos para negociação	2 046 872 861	2 574 606 175
Activos financeiros disponíveis para venda	6 989 639 550	5 580 395 525
Empréstimos e adiantamentos a bancos	20 317 787 193	10 518 882 498
Empréstimos a clientes – banca a retalho e de negócio	6 268 209 600	5 422 804 030
• Empréstimos hipotecários	2 112 257 239	1 941 421 994
• Vendas a prestações e locações financeiras	626 577 247	638 668 304
• Cartões de crédito	165 248 944	141 696 512
• Outros empréstimos e adiantamentos	3 364 126 170	2 701 017 220
Empréstimos a grandes empresas e banca de investimentos	21 167 216 109	17 909 250 325
• Empréstimos a grandes empresas	21 167 216 109	17 909 250 325
Investimentos em capital	42 296 908	42 296 908

Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:

Cartas de crédito	398 239 549	561 727 116
Garantias financeiras	4 277 697 441	5 564 232 815
<b>Total</b>	<b>68 347 113 047</b>	<b>52 790 392 854</b>

A tabela na nota 3.1.4 representa o pior cenário de exposição do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro, não tendo sido considerado o justo valor das garantias obtidas ou de outros colaterais de crédito. Relativamente aos activos apresentados no Balanço, as exposições apresentadas na nota 3.14 (b) baseiam-se nas quantias escrituradas líquidas reportadas no Balanço.

Tal como acima demonstrado, 80% do total da exposição máxima é obtida a partir de empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes (2014: 74%); 12% representam os activos financeiros disponíveis-para-venda (2014: 12%).

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de empréstimos e adiantamentos e dos investimentos financeiros, com base no seguinte:

- 98% da carteira de empréstimos e adiantamentos encontra-se classificada nas duas primeiras posições do sistema de classificação interna (2014: 95%);
- Os empréstimos hipotecários, as vendas a prestações e as locações financeiras são suportados por garantias;
- As grandes empresas têm gestores de acompanhamento responsáveis por monitorar o desempenho dos clientes e outros factores que possam indicar potenciais incumprimentos.

Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, 80% (2014: 81%) dizem respeito aos instrumentos emitidos pelo Banco Central e Governo de Moçambique e o remanescente é emitido por grandes empresas do País.

##### Empréstimos e adiantamentos

	2015	2014
	MT	MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Categoria		
Nem vencido nem em imparidade	23 890 658 983	20 555 881 352
Vencido mas sem imparidade	3 096 946 364	2 302 151 665
Em imparidade individual	447 820 362	474 021 338
Valor bruto	27 435 425 709	23 332 054 355
Imparidade	(562 172 884)	(420 884 427)
Valor líquido	26 873 252 825	22 911 169 928
Empréstimos e adiantamentos a bancos		
Categoria		
Nem vencido nem em imparidade	20 317 787 193	10 518 882 498
Valor bruto	20 317 787 193	10 518 882 498
Imparidade	-	-
Valor líquido	20 317 787 193	10 518 882 498



(a) Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem em imparidade

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos e adiantamentos não vencidos e sem imparidade pode ser avaliada por referência ao sistema de avaliação interna adoptado pelo Banco (ver a nota 3.1.1).

(b) Empréstimos e adiantamentos vencidos mas não em imparidade

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo sofrido imparidade a menos que exista informação que indique o contrário (consulte a nota 3.1.1).

Categoria	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas sem imparidade	Total Empréstimos em cumprimento	Empréstimos com imparidade	Total de Empréstimos	Garantias em empréstimos com imparidades	Empréstimos líquidos com imparidade
	Classe A	Classe B	Classe C						
	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT	2015 MT
Empréstimos e adiantamentos a bancos	20 317 787 193	-	-	-	20 317 787 193	-	20 317 787 193	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	23 995 160 481	-	3 043 215 278	27 038 375 759	404 810 881	27 443 186 641	220 865 449	183 945 432
Empréstimos a clientes – banca a retalho e de negócio	-	<b>4 924 291 123</b>	-	<b>1 008 185 476</b>	<b>5 932 476 599</b>	<b>292 723 522</b>	<b>6 225 200 120</b>	<b>171 539 071</b>	<b>121 184 450</b>
• Empréstimos hipotecários	-	1 709 973 347	-	258 837 032	1 968 810 379	111 133 859	2 079 944 238	96 634 430	14 499 429
• Vendas a prestações e locações financeiras	-	543 670 381	-	62 647 165	606 317 546	20 259 702	626 577 247	5 303 122	14 956 580
• Cartões de crédito	-	143 895 921	-	17 477 153	161 373 074	3 875 870	165 248 944	19 930	3 855 940
• Outros empréstimos e adiantamentos	-	2 526 751 474	-	669 224 126	3 195 975 600	157 454 091	3 353 429 691	69 581 589	87 872 501
Empréstimos a grandes empresas e banca de investimentos	-	<b>19 070 869 359</b>	-	<b>2 035 029 802</b>	<b>21 105 899 161</b>	<b>112 087 360</b>	<b>21 217 986 521</b>	<b>49 326 378</b>	<b>62 760 981</b>
• Empréstimos a grandes empresas	-	17 262 868 751	-	2 035 029 802	19 297 898 553	112 087 360	19 409 985 913	49 326 378	62 760 981
• Financiamento imobiliário	-	1 808 000 608	-	-	1 808 000 608	-	1 808 000 608	-	-
Em Dezembro de 2015	<b>20 317 787 193</b>	<b>23 995 160 482</b>	-	<b>3 043 215 278</b>	<b>47 356 162 953</b>	<b>404 810 881</b>	<b>47 760 973 834</b>	<b>220 865 449</b>	<b>183 945 432</b>
Em Dezembro de 2014	11 385 441 376	36 999 019	19 691 365 326	2 281 488 415	33 395 294 135	455 642 718	33 850 936 853	286 153 072	169 489 645

(c) Empréstimos e adiantamentos individualmente em imparidade

	Padrão	Menção especial	Total de empréstimos em conformidade	Sub-Padrão	Duvidoso	Prejuízos	Total de empréstimos em incumprimento	Total de empréstimos	Garantia com empréstimos em imparidade	Empréstimos líquidos com imparidade
	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015
	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015
Empréstimos e adiantamentos a clientes	23 987 399 500	3 043 215 278	27 030 614 778	298 330 382	68 290 536	38 189 962	404 810 881	27 435 425 659	171 539 071	27 263 886 587
Empréstimos a clientes – banca a retalho e de negócio	<b>4 924 291 123</b>	<b>1 008 185 476</b>	<b>5 932 476 599</b>	<b>186 243 023</b>	<b>68 290 537</b>	<b>38 189 962</b>	<b>292 723 522</b>	<b>6 225 200 120</b>	<b>171 539 071</b>	<b>6 053 661 048</b>
Empréstimos hipotecários	1 709 973 347	258 837 032	1 968 810 379	87 112 714	15 072 586	8 948 559	111 133 859	2 079 944 238	96 634 430	1 983 309 808
Vendas a prestações e locações financeiras	543 670 381	62 647 165	606 317 546	11 857 768	2 573 106	5 828 828	20 259 702	626 577 247	5 303 122	621 274 125
Cartão de crédito	143 895 921	17 477 153	161 373 074	2 828 808	1 047 062	-	3 875 870	165 248 944	19 930	165 229 014
Outros empréstimos e adiantamentos	2 526 751 474	669 224 126	3 195 975 600	84 443 733	49 597 783	23 412 575	157 454 091	3 353 429 691	69 581 589	3 283 848 101
Empréstimos a grandes empresas e banca de investimentos	<b>19 063 108 378</b>	<b>2 035 029 802</b>	<b>21 098 138 180</b>	<b>112 087 360</b>	-	-	<b>112 087 360</b>	<b>21 210 225 540</b>	-	<b>21 210 225 539</b>
Empréstimos a grandes empresas	17 255 107 770	2 035 029 802	19 290 137 572	112 087 360	-	-	112 087 360	19 402 224 932	-	19 402 224 932
Financiamento imobiliário	1 808 000 608	-	1 808 000 608	-	-	-	-	1 808 000 608	-	1 808 000 608
Em 31 de Dezembro de 2015	<b>23 987 399 501</b>	<b>3 043 215 278</b>	<b>27 030 614 779</b>	<b>298 330 382</b>	<b>68 290 537</b>	<b>38 189 962</b>	<b>404 810 881</b>	<b>27 435 425 660</b>	<b>171 539 071</b>	<b>27 263 886 587</b>
Em 31 de Dezembro de 2014	<b>20 594 923 222</b>	2 281 488 415	22 876 411 637	213 100 646	137 002 686	105 539 385	455 642 718	23 332 054 355	286 153 072	23 045 901 282

(d) Empréstimos e adiantamentos a bancos

O total do valor bruto dos empréstimos e adiantamentos individuais com imparidade à data de 31 de Dezembro de 2015 foi nulo (2014: Nulo). O Banco não possui garantias contra os empréstimos e adiantamentos a Bancos.

(e) Empréstimos renegociados

As actividades de reestruturação incluem acordos de pagamento, planos de gestão externa aprovados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, uma conta em atraso passa a ser considerada uma conta em situação normal e é gerida conjuntamente com outras contas semelhantes. As políticas e práticas de reestruturação baseiam-se em indicadores ou critérios que, no julgamento dos gestores responsáveis, indicam que os pagamentos terão forte probabilidade de continuar. Estas políticas são mantidas sob permanente controlo e é mais comum a reestruturação ser aplicada aos empréstimos a prazo, em particular empréstimos para financiamento de clientes. Os empréstimos renegociados totalizaram MT 195 375 223 (2014: MT 176 709 757).

Categoria	2015 MT	2014 MT
	2015 MT	2014 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	<b>195 375 223</b>	176 709 757
Banca de retalho e de negócio	<b>195 375 223</b>	176 709 757
Vendas a prestações e locações financeiras	-	659 714
Outros empréstimos e adiantamentos	<b>195 375 223</b>	176 050 043
Total	<b>195 375 223</b>	176 709 757

### 3.1.5 Concentração de riscos dos activos financeiros com exposição ao risco de crédito

(a) Sectores geográficos

O Banco atribui exposições às regiões, com base no país de domicílio das suas contrapartes. Todas as exposições de crédito relacionadas a empréstimos e adiantamentos aos clientes estão baseadas em Moçambique.

(b) Sectores Industriais (Empréstimos e adiantamentos a clientes)

	2015 MT	2014 MT
	2015 MT	2014 MT
Análise sectorial		
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	<b>741 248 320</b>	870 404 888
Mineração e Pedreiras	<b>13 979 900</b>	144 718 942
Hotéis, restaurantes e turismo	<b>135 290 021</b>	208 753 776
Indústria transformadora	<b>5 893 088 194</b>	4 078 122 760
Construção	<b>1 101 957 299</b>	323 810 607
Electricidade, gás e água	<b>244 949 590</b>	93 628 042
Transporte, Armazenamento e Distribuição	<b>574 181 688</b>	737 802 432
Comunicação	<b>937 005 166</b>	1 208 632 713
Intermediários Financeiros e Seguros	<b>283 190 625</b>	276 496 875
Comércio a grosso e a retalho/ Reparação de itens específicos	<b>5 406 015 626</b>	6 316 481 172
Serviços às Empresas	<b>203 344 070</b>	192 390 847
Indústria Imobiliária	<b>1 962 987 864</b>	1 109 229 346
Infraestruturas	<b>5 064 276 867</b>	3 135 306 184
Outros	<b>4 873 910 395</b>	4 636 275 770
	<b>27 435 425 625</b>	23 332 054 354





3.1.6 Imparidade de crédito

Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de empréstimos e adiantamentos:

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Devedores nos cartões de crédito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2015	2015	2015	2015	2015	2015
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos em incumprimento						
Saldo de abertura	5 495 907	31 148 134	3 351 415	124 592 558	55 000 022	219 588 036
Contas com imparidade abatidas (write-offs)	-	(24 566 375)	(6 749 902)	(176 177 027)	-	(207 493 304)
Provisões líquidas constituídas	9 003 522	8 374 817	7 187 523	139 523 857	-	164 089 418
Saldo no fim do ano	14 499 429	14 956 576	3 789 036	87 939 388	55 000 022	176 184 150
Empréstimos em cumprimento						
Saldo de abertura	4 341 243	10 536 303	5 811 011	80 463 354	100 144 480	201 296 391
Provisões líquidas (reversão)/dotação	6 648 283	(3 760 100)	(2 963 401)	(19 726 686)	204 494 247	184 692 343
Saldo de fecho	10 989 526	6 776 203	2 847 610	60 736 668	304 638 727	385 988 734
Total	25 488 955	21 732 779	6 636 646	148 676 056	359 638 749	562 172 884

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Devedores nos cartões de crédito	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
	2014	2014	2014	2014	2014	2014
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Empréstimos em incumprimento: Imparidade específica						
Saldo de abertura	7 938 309	35 227 269	8 168 606	167 181 040	55 000 022	273 515 246
Contas com imparidade abatidass (write-off)	(454 994)	(20 164 456)	(24 907 244)	(186 587 003)	-	(232 113 697)
Provisões líquidas (reversão)/dotação	(1 987 408)	16 085 321	20 090 053	143 998 521	-	178 186 487
Saldo de fecho	5 495 907	31 148 134	3 351 415	124 592 558	55 000 022	219 588 036
Empréstimos em cumprimento: imparidade colectiva						
Saldo de abertura	27 277 709	13 849 590	6 508 648	52 921 989	59 880 015	160 437 951
Provisões líquidas (reversão)/dotação	(22 936 466)	(3 313 287)	(697 637)	27 541 365	40 264 465	40 858 440
Saldo de fecho	4 341 243	10 536 303	5 811 011	80 463 354	100 144 480	201 296 391
Total	9 837 150	41 684 437	9 162 426	205 055 912	155 144 502	420 884 427

(a) Abates

Os abates ocorrem quando, e na medida em que, uma dívida é considerada irrecuperável no todo ou em parte. O momento e a magnitude dos abates envolvem julgamentos subjectivos. De seguida, explicam-se as regrasque se aplicam aos abates de contas em diferentes categorias /situações:

**Rastreamento:** as contas devem ser saneadas quando houver evidência de que o cliente está a residir no exterior ou se for reportado por parte de dois agentes de rastreamento independentes a incapacidade de localizar os activos.

**Área Jurídica:** questões legais que se tornam prolongadas incluindo aquelas onde não é economicamente viável prosseguir com a acção judicial. Para questões relacionadas com fraude as contas são saneadas quando se tornar evidente que os activos não são recuperáveis.

**Insolvência:** as contas são saneadas aquando do recebimento dos rendimentos da venda dos activos isentos de encargos do estado e do dividendo antecipado do contrato de venda a prazo.

**Sucessão por morte:** onde não existe seguro de vida da conta e os activos do falecido não forem suficientes para liquidar a dívida, o activo é recuperado e vendido. No caso de os activos do falecido serem insuficientes para liquidar o remanescente da dívida, a conta é saneada.

(b) Recuperações

Todas as contas saneadas devem ser revistas para determinar as que são definitivamente irecuperáveis e as que ainda podem ser recuperadas. Nesta conjuntura, o oficial responsável deve assegurar que todos os activos relacionados com os colaterais foram realizados. Ou seja, as políticas que foram cedidas são objecto de renúncia, os activos são recuperados e vendidos, se possível, e as propriedades vendidas numa execução judicial.

A menos que os acordos para pagamentos mensais estejam regulares, as contas que se consideram ter algum potencial para recuperação devem ser sub-contratadas a agentes ou deve ser instituída uma acção legal. A acção legal está relacionada com o montante do saldo a liquidar uma vez que os litígios representam um longo e dispendioso processo. Todas as vias em matéria de sub-contratação devem ser esgotadas antes disso e a decisão nesse sentido deve vir do Director de Crédito ou Gestor de Reabilitação e Recuperações (de acordo com o mandato).

3.1.7 Análise sectorial de imparidade de crédito

A análise sectorial da imparidade de crédito de empréstimos em incumprimento é apresentada no quadro abaixo:

	2015	2014
	MT	MT
Análise sectorial		
Agricultura	55 946 334	55 000 000
Serviços às empresas	4 478 519	489 949
Construção	6 791 906	30 779 520
Particulares	76 669 454	79 626 874
Outros serviços	15 160 923	35 142 886
Transporte	14 822 100	9 496 642
Comércio a grosso	2 314 914	9 052 165
	176 184 150	219 588 036

3.2 RISCO DE MERCADO

O Banco encontra-se exposto ao risco de mercado, que consiste no risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro causada por alterações dos preços de mercado. Os riscos de mercado advêm de posições, taxas de juro, moeda e produtos de capital em aberto, todas elas expostas a movimentações de mercado, tanto gerais como específicas, e a alterações no nível de volatilidade das taxas e preços de mercado, tais como as taxas de juros, as margens de juros de crédito, as taxas de câmbio e os preços dasd acções.

3.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

As principais técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco para mensurar e controlar o risco de mercado são as seguintes:

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A tabela abaixo indica a sensibilidade do Banco no final do ano relativamente a variações de taxa de câmbio das principais moedas a que o Banco está exposto por via dos seus instrumentos financeiros. As percentagens indicadas abaixo representam a variação das taxas de câmbio em relação ao ano anterior. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros específicas, permanecem constantes. A análise foi realizada de forma consistente com o período anterior. As taxas são eme Meticais para uma unidade de moeda estrangeira.

	USD	ZAR	EUR	GBP
Taxas Forex em 31 de Dezembro				
2015	45.90	2.94	50.04	68.06
2014	33.33	2.88	40.41	51.93
2013	30.08	2.85	41.43	49.71

Movimentos (%)

2015	-38%	-2%	-24%	-31%
2014	-9%	-4%	-11%	-4%

Posição líquida da moeda

2015	(10 865 054)	9 152	7	0
2014	13 486 440	936 638	(3 322 791)	(0)

O impacto nos (ganhos)/perdas sobre os números reportados utilizando as taxas e os movimentos acima é definido como segue:

2015	4 097 622	(188)	(2)	(0)
2014	(1 204 940)	(36 131)	373 072	0

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 2% em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento sobre os (ganhos)/perdas:

2015	81 952	(4)	(0)	(0)
2014	(24 099)	(723)	7 461	0

Se as moedas estrangeiras enfraquecerem/ fortalecerem relativamente ao Metical pelos mesmos percentuais estabelecidos no quadro acima, observaríamos um efeito igual, mas oposto sobre os resultados.

3.2.2 Risco cambial

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diurnas, as quais são controladas numa base diária. A nota 3.2.4 abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial em 31 de Dezembro de 2015. O quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco ao valor contabilístico por moeda.

3.2.3 Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro consiste na flutuação dos fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor da taxa de juro consiste no risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido às alterações das taxas de juro no mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, podendo, também, ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração fixa limites relativos aos níveis permitidos de alteração das taxas de juro, os quais são controlados diariamente pela Sala de Mercados do Banco. A nota 3.3 resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro. A mesma inclui o valor contabilístico dos instrumentos financeiros do Banco classificados pelo preço contratual recém fixado ou pelas datas de maturidade, dos dois o que ocorrer em primeiro lugar.

3.2.4 Risco cambial

Risco cambial (MT)	USD	EUR	GBP	MT	ZAR	Outras moedas	Total
Em 31 de Dezembro de 2015	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Activos							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	946 538 567	61 297 303	2 582 877	5 443 422 663	40 529 341	-	6 494 370 751
Derivados	49 534 548	-	-	295 248 538	-	-	344 783 085
Activos detidos para negociação	1 148 248 660	-	-	898 624 201	-	-	2 046 872 861
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	6 989 639 550	-	-	6 989 639 550
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15 038 812 295	994 147 907	67 698 005	3 309 000 454	597 912 066	310 216 466	20 317 787 193
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 027 626 936	386 479 276	-	17 433 009 623	26 136 990	-	26 873 252 525
Investimentos em capital	-	-	-	42 296 908	-	-	42 296 908
Activos do fundo de pensões	-	-	-	24 564 000	-	-	24 564 000
	26 210 761 005	1 441 924 487	70 280 882	34 435 805 937	664 578 396	310 216 466	63 133 566 873
Passivos							
Derivados	294 681 696	-	-	34 415 880	-	-	329 097 575
Recursos de clientes	24 847 959 581	1 427 853 750	71 670 890	22 465 718 806	703 308 298	354 716 295	49 871 227 620
Passivos por imposto corrente	-	-	-	386 310 184	-	-	386 310 184
Emprestimos subordinados	-	-	-	1 297 169 000	-	-	1 297 169 000
Responsabilidade com a assistência médica pós-reforma	-	-	-	66 334 000	-	-	66 334 000
	25 142 641 277	1 427 853 750	71 670 890	24 249 947 870	703 308 298	354 716 295	51 950 138 379
	1 068 119 728	14 070 738	(1 390 008)	10 685 858 067	(38 729 902)	(44 499 828)	11 183 428 494
Valor líquido							
Em 31 de Dezembro de 2014	1 807 273 185	306 491 802	970 340	5 324 838 815	(18 331 878)	(1 350 894 742)	6 070 347 521



3.3 SENSIBILIDADE DOS ITENS DO BALANÇO ÀS VARIAÇÕES DA TAXA DE JURO (MT)

	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3 de anos	Sem juros	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	-	-	6 494 370 751	6 494 370 751
Derivados	-	-	-	-	-	344 783 085	344 783 085
Activos detidos para negociação	9 957 725	1 128 839 655	394 931 309	513 144 172	-	-	2 046 872 861
Activos financeiros disponíveis para venda	548 684 307	3 070 202 694	1 100 576 969	1 075 381 671	1 194 793 909	-	6 989 639 550
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19 950 439 087	367 348 106	-	-	-	-	20 317 787 193
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7 308 593 813	4 292 346 341	2 211 401 067	2 224 027 658	10 967 347 930	(130 463 986)	26 873 252 823
Investimentos em capital	-	-	-	-	-	42 296 908	42 296 908
	27 817 674 932	8 858 736 796	3 706 909 345	3 812 553 501	12 162 141 839	6 750 986 758	63 109 003 171
<b>Passivos</b>							
Derivados	-	-	-	-	-	329 097 575	329 097 575
Recursos de clientes	16 274 577 398	870 790 064	1 447 030 901	-	-	31 278 829 257	49 871 227 620
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	386 310 184	386 310 184
Empréstimos subordinados	216 667	6 860 000	29 092 333	260 000 000	1 001 000 000	-	1 297 169 000
Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma	-	-	-	-	-	66 334 000	66 334 000
	16 274 794 065	877 650 064	1 476 123 234	260 000 000	1 001 000 000	32 060 571 016	51 950 138 379
Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro	11 542 880 867	7 981 086 732	2 230 786 111	3 552 553 501	11 161 141 839	(25 309 584 258)	11 158 864 792
Em 31 de Dezembro de 2014	(6 208 861 421)	4 677 621 431	8 297 492 117	4 943 240 738	6 998 516 682	(12 637 662 018)	6 070 347 529

Análise de sensibilidade de taxas de juro

Sensibilidade dos rendimentos de juros para uma mudança de 200 pontos base nas taxas de juros:

	2%	2%
	Alto	Baixo
Apenas para o ano 1	273 894 130	(273 894 130)
Apenas para o ano 2	21 672 957	(21 672 957)
Apenas para o ano 3	22 807 597	(22 807 597)
Apenas para o ano 4	180 393 609	(180 393 609)
Apenas para o ano 5	38 953 350	(38 953 350)
Total	537 721 643	(537 721 643)

Uma variação das taxas de juro em meticais de (+/-) 2% hoje resultaria numa variação de 273 894 milhares de Meticais nos rendimentos no primeiro ano. Assumindo que não ocorre nenhuma variação adicional nas taxas de juros de Meticais e nenhuma variação no Balanço, a mudança nos rendimentos do segundo ano seria de 21 672 milhares de Meticais.

3.5 RISCO DE LIQUIDEZ

A natureza das actividades bancárias e comerciais do Banco dá origem a uma exposição contínua ao risco de liquidez. O risco de liquidez surge quando o Banco, apesar de ser solvente, se revela incapaz de manter ou gerar recursos de caixa suficientes para satisfazer as suas obrigações de pagamento na data de vencimento ou quando só o pode fazer em termos substancialmente desvantajosos. Este tipo de evento pode surgir quando as contrapartes que fornecem o financiamento de curto prazo ao Banco retirarem ou não passarem os financiamentos para o ano seguinte ou se activos normalmente líquidos se tornam ilíquidos em resultado de uma desvalorização generalizada nos mercados de activos.

O Banco gere a liquidez de acordo com os regulamentos aplicáveis e a estrutura de risco do Banco. A estrutura de governação de gestão de risco de liquidez do Banco suporta a mensuração e gestão de liquidez em ambos os sectores, isto é, a banca de retalho e a banca comercial, para assegurar que as obrigações de pagamento possam ser satisfeitas pelo Banco, tanto em circunstâncias normais de mercado como em situações desfavoráveis. A gestão de risco de liquidez assegura que o Banco tem uma diversificação apropriada relativamente ao valor e o carácter de financiamento e de liquidez para suportar sempre a sua base de activos.

3.5.1 Processo de gestão do risco de liquidez

O principal comité de governação responsável pela supervisão do risco de liquidez é o Comité de Activos e Passivos (ALCO). O ALCO é presidido pelo Administrador Delegado (CEO), é um subcomité da Comissão Executiva no País (EXCO), e tem as seguintes competências:

- Assegurar um balanço estruturalmente sólido, identificar e gerir discrepâncias de liquidez estrutural
- Determinar e aplicar um perfil comportamental
- Gerir os fluxos de caixa de longo prazo
- Preservar uma base de financiamento diversificada
- Reportar sobre os requisitos de financiamento de longo prazo
- Avaliar as exposições de liquidez em moeda estrangeira
- Estabelecer o risco de liquidez

O processo de gestão de liquidez do Banco é da responsabilidade de uma equipa separada na Sala de Mercados do Banco e compreende os seguintes aspectos:

- Financiamento do dia a dia, gerido pelo controlo dos fluxos de caixa futuros, para assegurar que as exigências possam ser satisfeitas incluindo a reposição de fundos vencidos ou emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários globais para permitir que isto aconteça;
- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço comparando com os limites internos e do regulador; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades das dívidas.

O controlo e o reporte assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e de projecções para o dia, semana e meses seguintes, respectivamente, uma vez que os mesmos constituem os períodos-chave de gestão da liquidez. O ponto de partida dessas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e a data de cobrança esperada dos activos financeiros.

A gestão controla igualmente os activos não correspondentes de médio prazo, o nível e o tipo de compromissos de empréstimos não utilizados, a utilização de descobertos bancários e o impacto dos passivos contingentes, tais como, cartas de crédito e garantias.

3.5.2 Abordagem de financiamento

As fontes de liquidez são periodicamente revistas por uma equipa independente do departamento financeiro, para manter uma grande diversificação por moedas, por sector geográfico, por fornecedor, por produto e por prazo.

3.5.3 Fluxos de caixa derivados

Os derivados do Banco, a liquidadar com base no seu valor bruto, incluem contratos cambiais derivados. A tabela na nota 3.5 divulga os instrumentos financeiros derivados do Banco, a liquidar numa base bruta, em grupos de maturidade baseados no período remanescente à data de relato da maturidade contratual. Os montantes divulgados no quadro representam fluxos de caixa contratuais não-descontados.

Maturidade de activos e passivos financeiros (MT)

Em 31 de Dezembro de 2015	1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+ de 3 anos	Sem período	Total
<b>Activos</b>							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	6 494 370 751	-	-	-	-	-	6 494 370 751
Derivados	108 190 039	201 860 549	34 732 497	-	-	-	344 783 085
Activos detidos para negociação	-	1 146 547 345	378 155 202	496 898 000	-	-	2 021 600 547
Activos financeiros disponíveis para venda	550 000 000	3 195 833 000	1 096 788 300	1 075 381 671	1 225 612 800	-	7 143 615 771
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19 950 439 087	367 348 106	-	-	-	-	20 317 787 193
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7 190 959 099	4 292 346 341	2 211 401 067	2 224 027 658	10 967 347 932	-	26 886 082 097
Investimentos em capital	-	-	-	-	-	42 296 908	42 296 908
	34 293 958 976	9 203 935 341	3 721 077 066	3 796 307 329	12 192 960 732	42 296 908	63 250 536 352

<b>Passivos</b>							
Derivados	36 877 026	292 220 549	-	-	-	-	329 097 575
Recurso de clientes	47 519 616 917	870 790 064	1 435 681 741	-	-	-	49 826 088 722
Empréstimos subordinados	-	45 735 000	95 485 000	513 056 438	1 244 440 000	-	1 898 716 438
	47 556 493 943	1 208 745 613	1 531 166 741	513 056 438	1 244 440 000	-	52 053 902 735
Diferencial de maturidade do balanço	(13 262 534 967)	7 995 189 726	2 189 910 325	3 283 250 891	10 948 520 731	42 296 908	11 196 633 617
Em 31 de Dezembro de 2014	(18 868 096 450)	4 689 027 697	8 230 873 554	4 943 240 738	6 998 516 682	77 055 198	6 070 617 419

Exposição ao risco de liquidez

A principal medida utilizada pelo Banco para gerir o risco de liquidez é o rácio dos activos líquidos para recursos de clientes. Para este efeito, os activos líquidos são considerados os valores monetários e fundos de curto prazo e títulos de dívida de grau de investimento para o qual existe um mercado activo e liquidez de mercado deduzidos dos depósitos de Bancos, títulos de dívida, outros empréstimos e compromissos com vencimento no mês seguinte. Um cálculo semelhante, mas não idêntico, é utilizado para mensurar a conformidade do Banco com o limite de liquidez estabelecido pelo regulador, o Banco de Moçambique. Os detalhes do rácio reportado dos activos líquidos do Banco para recursos de clientes à data de relato e durante o período de relato foram os seguintes:

	Nota	Valor contabilístico MT	Influxo efluxo nominal bruto MT	1 mês MT	1 a 3 meses MT	3 meses a 1 ano MT	1 a 5 anos MT	+ de 5 anos MT
<b>31 de Dezembro de 2015</b>								
Passivo não derivado		5 184 419 732	5 184 419 732	-	-	-	-	-
Passivos derivados		329 097 575	329 097 575	329 097 575	-	-	-	-
Recursos de bancos	13	11 349 346	11 349 346	11 349 346	-	-	-	-
Recursos de clientes	24	49 859 878 274	49 859 878 274	47 553 406 469	870 790 064	1 435 681 741	-	-
Empréstimos subordinados	24	1 297 169 000	1 297 169 000	216 667	6 860 000	29 092 333	260 000 000	1 001 000 000
	27							
		56 681 913 927	56 681 913 927	47 894 070 057	877 650 064	1 464 774 074	260 000 000	1 001 000 000
<b>31 de Dezembro de 2014</b>								
Passivo não derivado		1 186 991 878	1 186 991 878	-	-	-	-	-
Passivos derivados		89 699 397	89 699 397	89 699 397	-	-	-	-
Passivos detidos para negociação	13	1 400 000 000	1 400 000 000	1 400 000 000	-	-	-	-
Recursos de bancos	23	154 307 238	154 307 238	154 307 238	-	-	-	-
Recursos de clientes	24	38 269 290 521	38 269 290 521	36 027 663 838	1 232 307 448	1 009 319 235	-	-
Empréstimos subordinados	27	260 103 819	260 103 819	-	103 819	-	-	260 000 000
		41 360 392 853	41 360 392 853	37 671 670 473	1 232 411 267	1 009 319 235	-	260 000 000

3.5.4 Itens fora do Balanço

O banco detinha os seguintes itens fora do balanço em 31 de Dezembro:

	2015 MT	2014 MT	Justo valor de activos 2015 MT	Contrato/Valor especulativo 2015 MT	1 ano 2015 MT	1 – 5 anos 2015 MT	+ de 5 anos 2015 MT
Garantias	4 277 697 441	5 564 232 815					
Cartas de crédito	398 239 549	561 727 116					
	4 675 936 990	6 125 959 931					

(a) Derivados liquidados detidos para negociação numa base líquida

<b>31 de Dezembro de 2015</b>						
<b>Derivados</b>						
Taxa de câmbio a prazo dos activos	344 783 085	344 783 085	344 783 085	-	-	-
Taxa de câmbio a prazo dos passivos	(329 097 575)	(329 097 575)	(329 097 575)	-	-	-
<b>Derivados líquidos</b>	<b>15 685 510</b>	<b>15 685 510</b>	<b>15 685 510</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>31 de Dezembro de 2014</b>						
<b>Derivados</b>						
Taxa de câmbio a prazo dos activos	68 966 772	68 966 772	68 966 772	-	-	-
Taxa de câmbio a prazo dos passivos	(89 699 397)	(89 699 397)	(89 699 397)	-	-	-
<b>Derivados líquidos</b>	<b>(20 732 625)</b>	<b>(20 732 625)</b>	<b>(20 732 625)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



3.6 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco do Banco incorrer em perdas financeiras devido a especificidades contratuais dos seus funcionários e falhas das infraestruturas de tecnologia, desastres, influências externas e relações comerciais com clientes. O risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos, de negócio e de reputação. O risco operacional pode resultar de processos, pessoas, sistemas e acontecimentos externos.

O risco operacional divide-se por eventos de frequência elevada/severidade baixa que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e eventos de baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são normalmente raros, mas que a sucederem podem resultar em perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se para mitigar estes riscos através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementadas por um sistema de valores robusto. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, que estão documentados em diversos manuais que são objecto de revisão periódica para contemplar necessidades de alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

3.7 RISCO DE SOLVÊNCIA

O Capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de solvência é mensurado pelo rácio de solvência, que requer que o capital seja mantido em relação a classificações de activos ponderados pelo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvência acima do mínimo de 8% (2014: 8%). O rácio de solvência do Banco em 31 de Dezembro de 2015 foi de 15.31% (2014: 9.74%).

3.8 GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço, são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, a instituição reguladora do sector de actividade em que o Banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do Banco em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique, numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada Banco:

- mantenha um valor mínimo de capital para efeitos de regulação no valor de 70 000 000 Meticais; e
- mantenha um rácio do total do capital regulamentar para o activo ponderado por risco (o rácio de solvabilidade) igual ou superior ao mínimo de 8%.

O capital regulamentar do Banco é gerido pelo Departamento de Gestão de Risco e divide-se em duas categorias:

Categoria 1: Fundos próprio de base: Capital social (líquido dos saldos de todas acções próprias detidas), interesses minoritários resultantes da consolidação dos interesses no capital social permanente, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação dos lucros acumulados. O saldo do trespassé é deduzido para chegar aos fundos próprios de base; e

Categoria 2: Fundos próprios complementares: capital de crédito subordinado que qualifica, provisões para imparidades colectivas e ganhos não realizados resultantes do justo valor dos instrumentos de capital mantidos como disponíveis para venda.

Os investimentos nas associadas são deduzidos dos fundos próprios de base e complementares para existir concordância com o capital regulamentar.

O risco ponderado dos activos é mensurado de acordo com uma classificação hierárquica de cinco níveis de ponderação, classificados de acordo com a natureza de cada activo e contraparte, reflectindo uma estimativa do risco de crédito, risco de mercado e outros riscos associados., tomando ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado para as contas extrapatrimoniais, com ligeiros ajustamentos, por forma a reflectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência. O quadro abaixo resume a composição do capital regulamentar e os rácios do Banco. Durante esses dois anos, o Banco cumpriu integralmente todos os requisitos de capital.

	2015 MT	2014 MT
Capital próprio		
Capital de base	5 167 136	3 859 820
Capital complementar	1 145 653	173 148
Capital regulamentar	6 312 789	4 032 968
Risco de crédito	39 847 414	40 410 394
Risco operacional e de mercado	1 388 697	976 820
Activo ponderado por risco	41 236 111	41 387 214
Rácio de adequação do capital próprio	15.31%	9.74%

4. AVALIAÇÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS/FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS  
4.1 INSTRUMENTOS NÃO FINANCEIROS

O Banco mensura o justo valor dos itens de propriedade usando o modelo de revalorização. A propriedade é escriturada por uma quantia revalorizada que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação [...].subsequente.

Os edifícios são reavaliados periodicamente de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O excedente de reavaliação é apresentado como uma reserva de reavaliação e é incluído no capital próprio até ser realizado, altura em que é transferido directamente para resultados acumulados.

Durante o ano, foi realizada, por um perito independente, uma reavaliação dos edifícios. O resultado foi um excedente de revalorização de MT 572 248 848 (2014: 332 827 515).

	2015 MT	2014 MT
Custo	2 220 043 729	1 627 493 126
Reavaliação	572 248 848	332 827 515
Depreciação acumulada	(263 797 439)	(163 881 332)
Valor contabilísticoValor contabilístico	2 528 495 138	1 796 439 309

4.2 Instrumentos financeiros

O Banco mensura o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos “inputs” utilizados na sua mensuração:

Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2: Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

Nível 3: Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, onde ajustamentos ou pressupostos não-observáveis significativos são necessários para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos é baseado em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina o justo valor utilizando técnicas internas de avaliação.

As técnicas de valorização incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Os pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação incluem as taxas de juro de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, os preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e as taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é calcular o justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data de relato e que teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda, que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa por parte da Administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e “inputs” do modelo para derivados transaccionados em bolsa e derivados simples negociáveis tais como as permutas de taxas de juro. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da Administração, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação dos justos valores. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de inputs varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

Informação de justo valor  
Empréstimos e adiantamentos a clientes

Na opinião da Administração, não é praticável determinar o justo valor dos empréstimos e adiantamentos devido ao facto do sistema informático não o suportar e de não haver um sistema de avaliação de crédito externo para avaliar de forma independente o risco de crédito individual e determinar as taxas de desconto adequadas que possam ser usadas.

As características da carteira de empréstimos e adiantamentos são, contudo, apresentadas na Nota 15 e a gestão acredita que o valor contabilístico dos empréstimos se aproxima do seu justo valor devido ao facto de que:

- 50% (2014: 44%) da maturidade dos empréstimos a um ano.
- Imparidades prudentes e adequadas reconhecidas numa base individual e de carteira para determinar o valor contabilístico dos empréstimos e adiantamentos.

Recursos de bancos e clientes

Para os depósitos à ordem e depósitos sem maturidades definidas, o justo valor é assumido como sendo o valor pagável à ordem à data de relato.

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor no fim do período de relato, por níveis de hierarquia do justo valor em que a mensuração do justo valor é categorizada.

		2015 Nível 2 MT	2014 Nível 2 MT
31 de Dezembro de 2015			
Derivado	13	344 783 085	68 966 772
Activos detidos para negociação	13	2 046 872 861	2 574 806 175
Activos financeiros disponíveis para venda	14	6 989 295 496	5 580 395 525
		9 380 951 442	8 224 168 472
Derivados	13	329 097 575	89 699 397
Passivos detidos para negociação	23	- 1 400 000 000	
		329 097 575	1 489 699 397

Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias.

Na classificação dos activos ou passivos financeiros “detidos para negociação” o Banco determinou que os mesmos satisfazem a descrição dos activos e passivos para negociação estabelecidos na política contabilística 2.2(h).

Quando se designa os activos e passivos financeiros pelo justo valor através de resultados, o Banco determina que os mesmos satisfazem um dos critérios para esta designação, tal como estabelecido na política contabilística 2.2(h).

Na classificação dos activos financeiros como detidos até à maturidade, o Banco determinou que tem a intenção positiva e a capacidade de manter os activos até à data da sua maturidade, tal como exigido pela política contabilística 2.2(h).

Na classificação dos activos financeiros como disponíveis para venda, o Banco determinou que os mesmos não satisfazem outra classificação, tal como referido na política contabilística 2.2 (h).





As tabelas apresentados nas páginas seguintes resumem o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros:

		2015		2014	
		MT		MT	
		MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2015					
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	6 494 370 751	-	-
Derivados	13	344 783 085	-	-	-
Activos detidos para negociação	13	2 046 872 861	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14	-	-	6 989 639 550	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	20 317 787 193	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	26 873 252 825	-	-
Outros activos	16	-	-	-	151 565 487
Investimentos em capital	17	-	-	-	42 296 908
		2 391 655 946	53 685 410 769	6 989 639 550	42 296 908
				151 565 487	63 260 568 660
					63 260 568 660
Passivos financeiros					
Derivados	13	329 097 575	-	-	-
Recursos de clientes	24	-	-	-	49 871 227 620
Outros passivos	26	-	-	-	-
Empréstimos subordinados	27	-	-	-	1 297 169 000
		329 097 575	-	-	51 168 396 620
				4 367 888 076	55 865 382 271
					55 865 382 271

A gestão acredita que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais.

		2015		2014	
		MT		MT	
		MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro de 2014					
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	12	-	4 547 230 690	-	-
Derivados	13	68 966 772	-	-	-
Activos detidos para negociação	13	2 574 806 175	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14	-	-	5 580 395 525	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	15.1	-	10 518 882 498	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.2	-	22 911 169 928	-	-
Outros activos	16	-	-	-	121 868 625
Investimentos em capital	17	-	-	-	42 296 908
		2 643 772 947	37 977 283 116	5 580 395 525	42 296 908
				121 868 625	46 365 617 121
					46 365 617 121
Passivos financeiros					
Derivados	13	89 699 397	-	-	-
Passivos detidos para negociação	23	1 400 000 000	-	-	-
Recursos de clientes	24	-	-	-	38 423 597 759
Outros passivos	26	-	-	-	409 650 000
Empréstimos subordinados	27	-	-	-	260 103 819
		1 489 699 397	-	-	39 093 351 578
				340 657 918	40 923 708 893
					40 923 708 893

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

		2015	2014
		MT	MT
5. Margem financeira			
Juros e rendimentos similares			
Operações do Mercado monetário	418 902 278	297 740 758	
Empréstimos e adiantamentos	2 632 924 541	2 301 173 739	
Títulos de investimento	261 750 646	242 300 117	
	3 313 577 465	2 841 214 614	
Juros e encargos similares			
Depósitos de bancos e clientes	(377 520 902)	(251 068 662)	
Depósitos no mercado monetário	(61 028)	-	
Obrigações	(55 239 278)	(18 402 674)	
	(432 821 208)	(269 471 336)	
Margem financeira	2 880 756 257	2 571 743 278	
6. Resultados com taxas e comissões			
Rendimentos com taxas e comissões			
Taxas de pagamentos e transacções	494 726 710	359 978 916	
Taxas de documentação e custos administrativos	100 075 480	74 798 567	
Taxas de serviço	492 153 661	459 851 604	
	1 086 955 851	894 629 087	
Gastos com taxas e comissões			
Taxas de cartões de crédito	(4 984 788)	(7 042 215)	
Honorários de consultoria	(11 811 800)	-	
Comissões de garantia	(576 027)	(4 478 370)	
	(17 372 615)	(11 520 585)	
Resultado com taxas e comissões	1 069 583 236	883 108 502	
7. Resultado de operações financeiras			
Ganhos líquidos em transacções cambiais	3 348 446 570	1 894 466 122	
	3 348 446 570	1 894 466 122	

		2015	2014
		MT	MT
10. Imposto sobre o rendimento			
Imposto corrente		1 001 692 789	671 003 398
Imposto diferido		19 294 021	(12 787 170)
		1 020 986 810	658 216 228
Imposto sobre o rendimento			
Reconciliação da taxa efectiva de impostos			
Lucro antes de impostos		3 378 503 427	2 235 804 860
Imposto à taxa em vigor de 32%		1 081 121 097	715 457 555
Ajustamentos ao imposto:			
Efeito do rendimento sujeito a taxas liberatórias de imposto		(74 492 498)	(73 905 262)
Impacto dos custos e rendimentos não dedutíveis		14 358 211	16 663 935
		1 020 986 810	658 216 228

11. Resultados por acção  
Resultados por acção - básicos e diluídos

Os resultados por acção básicos e diluídos, no montante de MT 9.11 (2014: MT 6.10), baseiam-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, no montante de MT 2 357 516 617 (2014: MT 1 577 588 632), e são calculados com base na média ponderada do número das acções ordinárias emitidas de 258 800 000 (2014: 258 800 000).

12. Caixa e disponibilidades no Banco Central

		2015	2014
		MT	MT
Saldos de caixa		1 366 359 003	1 365 252 825
Depósitos no Banco de Moçambique		5 128 011 748	3 181 977 865
		6 494 370 751	4 547 230 690

O depósito detido no Banco de Moçambique inclui um saldo restrito para permitir que o Banco possa satisfazer os requisitos da reserva estatutária, que corresponde a um mínimo de 10.5% do total dos depósitos, nos termos do Aviso nr. 12/GBM/2015, emitido em 07 de Dezembro de 2015, e de acordo com as actualizações do Banco Central. As reservas obrigatórias não rendem juros. O requisito mínimo de reserva de caixa foi de 5 104 657 milhões de Meticais em 2015 (2014: 3 039 596 milhões de Meticais) e os saldos de caixa representam as notas e moedas detidas no final do ano.

13. Activos detidos para negociação  
Os instrumentos negociáveis comportam os Bilhetes do Tesouro que são adquiridos com o propósito de obter ganhos a curto-prazo. Estes activos são classificados como instrumentos detidos para negociação.

		2015	2014
		MT	MT
Obrigações			
Companhia de Moçambique/2013 Série I	20 530 432	21 335 055	
Companhia de Moçambique/2013 Série II	51 516 603	50 337 523	
Obrigações do Governo (OT/2013 Série III)	177 023 015	204 275 715	
Obrigações do Governo (OT/2011 )	394 931 309	379 841 611	
Obrigações do Governo (OT 2014/ Série V)	245 618 393	262 523 468	
Papel Comercial da Petromoc 2014 Série I	-	99 632 162	
Papel Comercial da Petromoc 2014 Série V	-	353 435 160	
Investimentos a curto prazo			
Crédito Interbancário	1 157 253 109	1 203 425 481	
	2 046 872 861	2 574 806 175	
À data de relato não há nenhum valor referente a rendimento de juros não obtidos a reconhecer. Em 2014 o valor de MT 4 908 608 não tinha sido reconhecido na demonstração de resultados e refere-se ao rendimento de juros não realizados nos bilhetes de tesouro.			
		2015	2014
		MT	MT
Análise de maturidade dos activos negociáveis			
Maturidade após 1 < 6 meses	1 533 728 689	342 876 425	
Maturidade após 6 < 12 meses	-	1 313 616 379	
Maturidade superior a 12 meses	513 144 172	918 313 371	
	2 046 872 861	2 574 806 175	

Companhia de Moçambique 2013 – Série I  
Representam obrigações comerciais a 4 anos, emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos têm uma taxa de cupão fixa de 13%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

Companhia de Mocambique 2013 – Série 2  
Representam obrigações comerciais a 4 anos, emitidas ao público em 30 de Setembro de 2013, com um valor nominal de MT 100 cada. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os 2 primeiros anos apresenta uma taxa de cupão fixa de 12.75%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de juro da facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4%.

Obrigações do Governo (OT/2011)  
Representam as Obrigações a 5 anos, emitidas em 7 de Dezembro de 2011, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os primeiros 30 meses apresentam uma taxa de cupão fixa de 17%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de crédito interbancário acrescida de 0.5%. A maturidade destes instrumentos findou em 2015.



Obrigações do Governo (OT/2013 Série 3)

Representam as Obrigações do Tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Setembro de 2013, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9.875%. Estas Obrigações rendem juros a cada 6 meses.

Obrigações do Governo (OT/2014 Série 5)

Representam as Obrigações do Tesouro a 4 anos, emitidas em 21 de Agosto de 2014, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão é a taxa fixa de 10.00%. Estas obrigações rendem juros a cada 6 meses.

Papel Comercial da Petromoc 2014 – Série 1

Representam Papel Comercial a 1 ano, emitido ao público em 22 de Fevereiro de 2014, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão ficou fixada em 11.25%. O capital será reembolsado no fim do período contratual. A maturidade destes instrumentos findou em 2015.

Obrigações Comerciais da Petromoc 2014 – Série 5

Representam obrigações comerciais a 1 ano, emitido ao público em 30 de Junho de 2014, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão ficou fixada em 11.25%. O capital será reembolsado no fim do período contratual. A maturidade destes instrumentos findou em 2015.

Empréstimos interbancários a curto prazo

Representam um empréstimo a 3 meses do Standard Bank South Africa (SBSA), com início em 17 de Dezembro de 2015. A taxa de juro fixa foi de 0.79%. O capital e juros são pagos na data de maturidade em 30 de Março de 2016.

13.1 Activos/passivos derivados

	2015	2014
	MT	MT
Contratos de taxa de câmbio a prazo – Activo	344 783 085	68 966 772
Contratos de taxa de câmbio a prazo - Passivo	(329 097 575)	(89 699 397)
	15 685 510	(20 732 625)

14. Activos financeiros disponíveis para venda

	2015	2014
	MT	MT
<b>Obrigações emitidas por empresas</b>		
Mozabanco	148 118 849	-
Papel Comercial da Petromoc 2014 Série I	-	198 706 141
EMATUM	-	912 180 215
Obrigações do Governo		
Obrigações do Governo (OT 2005 Série III)	-	199 438 779
Obrigações do Governo (OT 2011)	414 391 029	623 496 466
Obrigações do Governo (OT 2012)	-	137 595 028
Obrigações do Governo (OT 2013 Série III)	137 790 984	604 811 577
Obrigações do Governo (OT 2014 Série VI)	521 599 138	397 716 446
Obrigações do Governo (OT 2014 Série VII)	62 891 666	63 043 786
Obrigações do Governo (OT 2015 Série I)	58 833 474	-
Obrigações do Governo (OT 2015 Série II)	11 860 440	-
Obrigações do Governo (OT 2015 Série III)	266 771 960	-
Obrigações do Governo 2015 (IVA)	1 150 876 475	-
<b>Bilhetes do Tesouro</b>		
Emitidos pelo Governo	4 216 505 535	2 443 407 087
	6 989 639 550	5 580 395 525

O perfil da maturidade dos investimentos financeiros à data de relato é o seguinte:

	2015	2014
	MT	MT
Bilhetes do Tesouro e obrigações		
Maturidade em 1 mês	548 684 307	-
Maturidade após 1 < 6 months	4 102 721 809	2 500 652 133
Maturidade após 6 < 12 months	149 052 894	964 396 340
Maturidade após 12 meses	2 189 180 540	2 115 347 052
	6 989 639 550	5 580 395 525

Obrigações do Mozabanco 2015

Representam obrigações a 1 ano, emitidas ao público em 30 de Outubro de 2015, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão ficou fixada em 13.50% com o pagamento de juros mensal.

Papel Comercial da Petromoc 2014 – Série I

Representam Papel Comercial a 1 ano, emitido ao público em 22 de Fevereiro de 2014, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 100. A taxa de cupão ficou fixada em 11.25%. O capital será reembolsado no fim do período contratual. A maturidade destes instrumentos findou em 2015.

Obrigações da Empresa Moçambicana de Atum S.A.- EMATUM)

Representam obrigações comerciais a 7 anos, denominadas em USD e emitidas ao público em 11 de Setembro de 2013 com o valor nominal de USD 92.051 cada. No fim do ano o valor nominal era de USD 92.051. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 6.305% com pagamentos de juros semestrais. Estes instrumentos foram liquidados em 2015.

Obrigações do Governo (OT/2005 Série III)

Representam obrigações a 10 anos, emitidas em 22 de Novembro de 2005, com o valor nominal de MT 100 cada. No fim do ano, o valor nominal era de MT 67.01. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das últimas 6 emissões de 1 ano dos Bilhetes do Tesouro (TBS) + 0,75% e os juros são recebidos semestralmente. A maturidade destes instrumentos findou em 2015.

Obrigações do Governo (OT/2011)

Representam obrigações a 5 anos, emitidas em 7 de Dezembro de 2011, com o valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no final do ano era de MT 100. A obrigação remunera juros a cada 6 meses e os primeiros 30 meses apresentam uma taxa de cupão fixa de 17%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa de crédito interbancário acrescida de 0.5%.

Obrigações do Governo (OT/2012)

Representam Obrigações do tesouro emitidas em 22 de Agosto de 2012, com o valor nominal de MT 100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão representa a taxa de juro média ponderada dos últimos 6 bilhetes do tesouro emitidos para mais de 60 dias e 180 dias acrescidas de uma margem de 2.5%. O juro é recebido a cada seis meses. A maturidade destes instrumentos findou em 2014.

Obrigações do Governo (OT/2013 Série III)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Setembro de 2013, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 9.875%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Governo (OT/2014 Série VI)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 5 de Novembro de 2014, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão é estabelecida a taxa fixa de 10.75%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Governo (OT/2014 Série VII)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 19 de Novembro de 2014, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10.25%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série I)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 6 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série 2)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 25 de Agosto de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Governo (OT/2015 Série 3)

Representam obrigações do tesouro a 3 anos, emitidas em 1 de Setembro de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano, o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 10%. O juro é pago a cada seis meses.

Obrigações do Governo 2015 (Reembolso do IVA)

Representam obrigações do tesouro a 4 anos, emitidas em 21 de Abril de 2015, com valor nominal de MT100 cada. No fim do ano o valor nominal da obrigação era de MT 100. A taxa de cupão foi estabelecida a taxa fixa de 6.0%. A taxa de cupão representa as taxas de juros médias ponderadas dos últimos 6 bilhetes do tesouro emitidos de mais de 63 dias acrescida de uma margem de 0.5%. Os juros são pagos a cada seis meses.

Bilhetes do Tesouro

O desconto nos Bilhetes de Tesouro varia de 5.17% a 8.% (2014: 6.67% a 7.40%), reconhecido em juros e rendimentos similares. Até à data de relato, o valor de MT 55 123 255 (2014: MT 51 271 851) não havia sido reconhecido em resultados como rendimentos provenientes dos juros obtidos.

Os Bilhetes do Tesouro não têm cotação na Bolsa. As Obrigações das Empresas e as Obrigações do Governo estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique.

Mensurações subsequentes de activos disponíveis para venda

A perda no justo valor, no montante de MT 47 068 810 (2014: ganho de MT 21 617 694), resultante da remensuração do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, foi reconhecida directamente em outro rendimento integral de acordo com a NIC 39. A base das taxas de desconto dos Bilhetes de Tesouro, acrescidas de uma margem de lucro contratual para obrigações de empresas e do governo e um spread de 0% para os Bilhetes de Tesouro, foi usada na reavaliação do justo valor.

15. Empréstimos e adiantamentos

15.1 Empréstimos e adiantamentos a bancos

	2015	2014
	MT	MT
Contas correntes	5 318 457 040	2 039 942 045
Depósitos a prazo	14 999 330 153	8 478 940 453
Total	20 317 787 193	10 518 882 498

As maturidades dos depósitos noutros bancos apresentam-se como se segue:

1 mês	19 950 439 087	4 294 531 277
1 mês a 3 meses	367 348 106	2 816 434 319
3 meses > 6 meses	-	2 621 539 949
6 meses > 12 meses	-	786 376 953
	20 317 787 193	10 518 882 498

15.2. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos a prazo		
Moeda local	12 897 638 499	10 313 412 331
Moeda estrangeira	7 459 402 421	5 739 216 720
	20 357 040 920	16 052 629 051

Descobertos bancários		
Moeda local	4 803 444 614	5 117 072 746
Moeda estrangeira	1 843 231 277	1 706 709 840
	6 646 675 891	6 823 782 586

Empréstimos em incumprimento		
Moeda local	293 343 516	323 730 416
Moeda estrangeira	138 365 382	131 912 302
	431 708 898	455 642 718
Total	27 435 425 709	23 332 054 356
Menos: provisões para imparidade		
- Imparidade da carteira	(385 988 734)	(201 296 391)
- Imparidade específica	(176 184 150)	(219 588 036)

Empréstimos e adiantamentos líquidos de clientes	26 873 252 825	22 911 169 928
--	----------------	----------------

15.3. Maturidade de empréstimos

1 mês	7 308 593 813	9 837 466 908
1 mês a 3 meses	4 292 346 341	1 960 803 008
3 meses a 1 ano	2 211 401 067	1 910 044 726
1 ano a 5 anos	13 191 375 590	9 168 096 996
Sem maturidade fixa	431 708 898	455 642 718
	27 435 425 709	23 332 054 356

Os empréstimos sem maturidade fixa representam os empréstimos em incumprimento de MT 431 708 898 (2014: MT 455 642 718) vencidos (consulte a nota 15.2).

	2015	2014
	MT	MT

15.4. Imparidade de empréstimos e adiantamentos

Saldo no início do ano	420 884 427	433 953 197
Empréstimos abatidos	(207 781 614)	(232 113 695)
Imparidade do exercício		
específica (Nota 8)	164 089 719	178 186 485
carteira (Nota 8)	184 980 352	40 858 440
Diferenças cambiais	-	-
Saldo no fim do ano	562 172 884	420 884 427
Compreendendo:		
Imparidade específica	176 184 150	219 588 036
Imparidade da carteira	385 988 734	201 296 391
Saldo no fim do ano	562 172 884	420 884 427

15.5 Locação financeira

O perfil da maturidade dos activos em locação financeira a partir da data de relato é como segue:

Investimento bruto em prestações financeiras	969 219 493	1 266 770 694
Rendimento financeiro não obtido	(150 592 179)	(173 264 394)

Investimento líquido em prestações financeiras	818 627 314	1 093 506 300
--	-------------	---------------

A receber em 1 ano	494 333 372	595 092 213
A receber depois de 1 ano e até 5 anos	474 886 121	671 678 481

	969 219 493	1 266 770 694
--	-------------	---------------

16. Outros activos

Outras contas a receber	85 495 383	69 260 953
Custos pré-pagos	66 070 104	52 607 672
	151 565 487	121 868 625

As Outras contas a receber compreendem os devedores diversos, os devedores empregados e outros. Os devedores foram agrupados considerando que não se enquadram nas categorias dos itens divulgados separadamente.

	2015	2014
	MT	MT

17. Investimentos em capital

Investimentos em capital próprio e outros investimentos sem rendimento fixo		
Não cotados	43 387 058	43 387 058
Prejuízos acumulados de investimentos não-cotados em Bolsa	(1 090 150)	(1 090 150)
	42 296 908	42 296 908

17.1 Investimentos não cotados

Os investimentos não cotados compreendem os investimentos de capitais não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado de forma fiável e por isso ão contabilizados pelo custo, como segue:

a. Obrigações	2 500	2 500
b. Participação no capital próprio:		
• Parque Industrial da Matola (PIM)	1 121 306	1 121 306
• Interbancos SARL	1 090 150	1 090 150
• SIMO	41 173 102	41 173 102
	43 387 058	43 387 058



18.1 Outros activos tangíveis

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>						
Valor contabilísticoValor contabilístico	1 796 439 309	197 546 328	16 535 273	148 223 153	665 803 593	2 824 547 656
Reavaliação	572 248 848	-	-	-	-	572 248 848
Adições	71 462 070	29 802 795	33 215 115	21 799 733	176 363 848	332 643 563
Transferências	125 084 144	34 330 275	650 604	294 531 409	(505 941 380)	(45 344 949)
Abates	-	(831 155)	-	(116 067)	-	(947 222)
Depreciações	(36 739 233)	(71 561 871)	(8 237 041)	(52 192 246)	-	(168 730 391)
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>2 528 495 138</b>	<b>189 286 372</b>	<b>42 163 951</b>	<b>412 245 982</b>	<b>336 226 061</b>	<b>3 514 417 505</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>						
Custo/avaliação	2 792 292 577	575 470 345	90 572 640	649 595 252	336 226 061	4 450 156 875
Depreciações acumuladas	(263 797 439)	(386 183 972)	(48 408 689)	(237 349 269)	-	(935 739 370)
<b>Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>2 528 495 138</b>	<b>189 286 373</b>	<b>42 163 951</b>	<b>412 245 983</b>	<b>336 226 061</b>	<b>3 514 417 505</b>

Durante o ano, foi efectuada uma reavaliação dos edifícios por um especialista independente. O resultado foi um excedente de revalorização de MT 572 248 848 (2014: 332 827 515).

	Edifícios	Equipamento	Veículos	Mobiliário e outros equipamentos	Investimento em curso	Total
	MT	MT	MT	MT	MT	MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>						
Valor contabilísticoValor contabilístico	552 446 313	216 215 417	22 521 941	120 693 741	931 183 708	1 843 061 120
Reavaliação	332 827 515	-	-	-	-	332 827 515
Adições	270 097 596	27 390 762	5 601 840	39 832 430	455 955 868	798 878 496
Transferências	655 659 474	34 906 751	-	3 538 340	(721 335 983)	(27 231 418)
Abates	-	(460 997)	(531 778)	(1 042 275)	-	(2 035 050)
Depreciações	(14 591 589)	(80 505 605)	(11 056 730)	(14 799 083)	-	(120 953 007)
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1 796 439 309</b>	<b>197 546 328</b>	<b>16 535 273</b>	<b>148 223 153</b>	<b>665 803 593</b>	<b>2 824 547 656</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>						
Custo/avaliação	1 960 320 641	726 664 821	107 521 817	254 951 061	665 803 593	3 715 261 933
Depreciações acumuladas	(163 881 332)	(529 118 493)	(90 986 544)	(106 727 908)	-	(890 714 277)
<b>Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1 796 439 309</b>	<b>197 546 328</b>	<b>16 535 273</b>	<b>148 223 153</b>	<b>665 803 593</b>	<b>2 824 547 656</b>

18.2 Activos intangíveis

	MT
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>	
Valor contabilístico	<b>36 912 943</b>
Adições	<b>85 221 106</b>
Transferências	<b>45 344 949</b>
Amortização	<b>(19 256 383)</b>
Diferenças cambiais	-
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2015	<b>148 222 615</b>
Custo	300 981 658
Amortização acumulada	(152 759 043)
<b>Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>148 222 615</b>

<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	
Valor contabilístico	13 025 237
Adições	5 880 707
Transferências	27 231 418
Amortização	(9 224 419)
Diferenças cambiais	-
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2014	<b>36 912 943</b>
Custo	183 337 219
Amortização acumulada	(146 424 276)
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2014	<b>36 912 943</b>

2015	2014
MT	MT

19. Capital social

19.1 Autorizado	
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	<b>1 294 000 000</b>
19.2 Emitido e pago integralmente	
258 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	<b>1 294 000 000</b>

Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.

20. Reserva legal

No início do ano	<b>962 380 987</b>	725 742 692
Transferências durante o ano	<b>331 619 013</b>	236 638 295
	<b>1 294 000 000</b>	962 380 987

21. Outras reservas

Reserva de reavaliação	<b>732 784 536</b>	343 655 319
Plano de acções do grupo	<b>5 330 243</b>	21 084 761
Reserva para riscos gerais de crédito	<b>1 942 540 262</b>	1 942 540 262
Reserva de reavaliação dos activos disponíveis para venda	<b>(25 013 396)</b>	12 641 652
Reversa de conversão cambial	-	-
Outras reservas	<b>(2 989 787)</b>	1 066 547
	<b>2 652 651 858</b>	2 320 988 541

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de outros activos tangíveis. A reavaliação foi realizada por um especialista independente imediatamente no fim do exercício anterior.

	2015	2014
	MT	MT

<b>25. Imposto corrente</b>		
Saldo em 1 de Janeiro	<b>200 395 872</b>	132 924 061
<b>Tributação do exercício</b>		
Imposto sobre o rendimento do ano (nota 10)	<b>1 001 692 789</b>	671 003 398
	<b>1 202 088 661</b>	803 927 459

<b>Pagamentos/transferências</b>		
Pagamentos antecipados respeitantes ao período em curso	<b>(815 778 477)</b>	(603 531 587)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<b>386 310 184</b>	200 395 872

<b>25.1 Passivos por imposto diferido</b>		
Reservas de reavaliação de activos disponíveis para venda	<b>16 360 257</b>	3 159 848
Justo valor de derivados	<b>2 687 434</b>	834 090
Reserva de reavaliação – sobre imóveis	<b>344 839 781</b>	161 720 150
	<b>363 887 472</b>	165 714 088

<b>25.2 Activos por imposto diferido</b>		
Reservas de reavaliação de activos disponíveis para venda	-	6 634 440
	-	6 634 440

<b>26. Outros passivos</b>		
Acréscimos de custos	<b>497 080 893</b>	275 327 936
Títulos a pagar	<b>208 303 958</b>	45 746 757
Dividendo a pagar	<b>10 087 487</b>	9 304 675
Contas de compensação	-	2 875 130
Contas a pagar	<b>486 601 536</b>	412 534 420
Empréstimos a curto prazo do SBSA	<b>3 165 814 202</b>	-
	<b>4 367 888 076</b>	745 788 918

<b>27. Empréstimos subordinados</b>		
Obrigações 2007	<b>260 216 667</b>	260 103 819
Obrigações 2015 – Série 1	<b>314 600 000</b>	-
Obrigações 2015 – Série 2	<b>395 986 000</b>	-
Obrigações 2015 – Série 3	<b>326 366 333</b>	-
	<b>1 297 169 000</b>	260 103 819

**Obrigações 2007**  
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 29 de Junho de 2007, por um período de 10 anos, com maturidade em 29 de Junho de 2017. O valor nominal é de MT 260 000 000 e é composto de 2 600 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 16.5%. A taxa de cupão subsequente é a taxa média ponderada das últimas 6 edições de Bilhetes do Tesouro (BTs) com maturidade em mais de 60 dias + 0,5% arredondado para o último 1/6 por cento. Os juros são pagos trimestralmente e o capital será reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2012). O banco não recorreu a esta opção. Os juros são pagos em 29 de Março, 29 de Junho; 29 de Setembro e 29 de Dezembro de cada ano.

**Obrigações 2015 – Série I**  
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 7 de Agosto de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 8 de Agosto de 2025. O valor nominal é de MT 300 000 000 e é composto de 3 000 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital será reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 07 de Fevereiro e 07 de Agosto de cada ano.

**Obrigações 2015 – Série II**  
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 4 de Setembro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 4 de Setembro de 2025. O valor nominal é de MT 381 000 000 e é composto de 3 810 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,0%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5% até ao 5º ano e de 5.5% subsequentemente. Os juros são pagos a cada 6 meses e o capital é reembolsado na maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 04 de Março e 04 de Setembro de cada ano.

**Obrigações 2015 – Série III**  
Trata-se de obrigações subordinadas emitidas em 29 de Outubro de 2015, por um período de 10 anos, com maturidade em 29 de Outubro de 2025. O valor nominal é de MT 320 000 000 e é composto de 3 200 000 unidades de MT 100 cada. Os juros sobre o primeiro cupão foram fixados em 12,25%. A taxa de cupão subsequente será a taxa de facilidade permanente de cedência (FPC) acrescida de 4.5%. Os juros são pagos à cada 6 meses e o capital é reembolsado aquando da maturidade. As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado e podem ser resgatadas a partir do 5º ano (2020). Os juros são pagos em 29 de Abril e 29 de Outubro de cada ano.

Plano de acções do Grupo

O Standard Bank Moçambique tem um plano de remuneração em capital próprio, isto é, um Plano de Remuneração Variável em Acções do Grupo Standard Bank que é liquidado com capital próprio e confere direitos aos empregados relativamente a aquisição de acções ordinárias ao preço da acção do Grupo Standard Bank na data em que é concedida a opção.

Reserva de risco geral de crédito

A reserva de risco geral de crédito é merarmente regulamentar e refere-se às reservas mínimas previstas no aviso número 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

Reserva de avaliação de justo valor de activos disponíveis para venda

A reserva de avaliação de justo valor de activos disponíveis para venda compreende a variação líquida acumulada do justo valor de instrumentos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desconhecidos ou em imparidade, caso em que o valor acumulado reconhecido em outro rendimento integral é reconhecido em lucros e prejuízos.

	2015	2014
	MT	MT
<b>22. Resultados acumulados</b>		
No início do ano	<b>3 381 467 780</b>	2 740 492 452
Resultado líquido do ano	<b>2 357 516 617</b>	1 577 588 632
Dividendos pagos	<b>(335 237 584)</b>	(623 219 587)
Remensuração do fundo de pensões	<b>(70 065 000)</b>	(20 688 000)
Remensuração de assistência médica	<b>4 240 000</b>	-
Transferências líquidas durante o ano	<b>(312 714 817)</b>	(292 705 718)
	<b>5 025 206 996</b>	3 381 467 779

<b>23. Passivos detidos para negociação</b>	
Passivos detidos para negociação	- 1 400 000 000
	- 1 400 000 000

<b>24. Recursos de clientes</b>		
À ordem		
Em moeda local	<b>20 432 855 475</b>	17 227 367 563
Em moeda estrangeira	<b>25 628 430 169</b>	17 771 629 480
	<b>46 061 285 644</b>	34 998 997 043

A prazo		
Em moeda local	<b>2 066 652 884</b>	2 456 075 224
Em moeda estrangeira	<b>1 743 289 091</b>	968 525 492
	<b>3 809 941 976</b>	3 424 600 716
Total	<b>49 871 227 619</b>	38 423 597 759
Maturidade dos depósitos a prazo		
1 mês	<b>1 503 470 171</b>	1 182 974 034
1 mês a 3 meses	<b>870 790 064</b>	1 232 307 448
3 meses a 1 ano	<b>1 435 681 741</b>	1 009 319 234
	<b>3 809 941 976</b>	3 424 600 716



28. Activo do Fundo de Pensões

	2015	2014
	MT	MT
<b>a. Valor contabilístico</b>		
Balanço		
Valor presente das obrigações	(500 821 000)	(470 620 000)
Justo valor dos activos do plano	525 385 000	556 138 000
Activos líquidos do fundo de pensões	24 564 000	85 518 000

b. Resultados

Custo de serviços correntes	78 000	81 000
Juros líquidos no passivo de benefícios definidos	(9 189 000)	(7 678 000)
	(9 111 000)	(7 597 000)

c. Reconciliação do balanço

Saldo de abertura em 1 de Janeiro	85 518 000	35 009 000
Custo líquido com pensões	9 111 000	7 597 000
Ganhos/perdas actuariais reconhecidos	(70 065 000)	(20 688 000)
Contribuições da empresa	-	63 600 000
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho em 31 de Dezembro	24 564 000	85 518 000

d. Pagamento de benefícios pós-emprego

Saldo de abertura	470 620 000	456 874 000
Custo de serviços	78 000	81 000
Custo de juros	48 030 000	49 824 000
Ganhos/perdas actuariais	29 835 000	11 172 000
Benefícios pagos	(47 664 000)	(47 250 000)
Custos administrativos	(78 000)	(81 000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	500 821 000	470 620 000

As perdas respeitantes a obrigação de benefícios definidos resultam maioritariamente dos seguintes factores:

- Variações nos pressupostos económicos;
- Menor do que os aumentos de pensões esperados;
- Experiência demográfica sendo diferente do que o esperado; e
- Variações nos dados estatísticos.

Os factores acima contribuíram para a perda atuarial líquida da seguinte forma:

	2015	2014
	MT	MT
Variações nos pressupostos económicos	5 662 000	(3 098 000)
Experiência	24 173 000	14 270 000
Aumento nas Pensões	(15 561 000)	5 431 000
Experiência demográfica	45 334 000	7 844 000
Variações nos dados estáticos	(1 323 000)	-
Outros itens diversos	(4 277 000)	995 000
Total	29 835 000	11 172 000

e. Activos do plano de benefícios pós-emprego

Saldo de abertura	556 138 000	491 883 000
Retorno esperado dos activos	57 219 000	57 502 000
Contribuição do empregador	-	63 600 000
Prémios de risco e custos	(78 000)	(81 000)
Benefícios pagos	(47 664 000)	(47 250 000)
Ganho/Perda actuarial	(40 230 000)	(9 516 000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	525 385 000	556 138 000

f. Os activos do fundos de pensões são representados como segue:

Contas de depósitos e obrigações	1 029 298 131	675 173 866
Títulos de investimento	321 512 760	522 550 000
	1 350 810 891	1 197 723 866

g. Principais pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto	11.00%	10.75%
Retorno esperado dos activos do plano	11.00%	10.75%
Aumentos salariais futuros	6.00%	5.50%
Aumento futuro em pensões	4.80%	4.40%
Taxa de inflação	6.00%	5.50%
Idade prevista de reforma	64.8 anos	63.8 anos

29.Responsabilidades com a assistência médica pós-reforma

O pagamento de benefícios de assistência médica pós-emprego é dado a um grupo fechado de membros que foram empregados do Banco antes de 31 de Dezembro de 1990 e que recebem 75% de contribuição para o plano de subsídio de assistência médica aquando da sua reforma. As contribuições para membros individuais foram disponibilizadas pelo Standard Bank, SA. Os dependentes dos membros elegíveis para continuação receberão um subsídio de contribuição para o plano de assistência médica antes e depois da morte do membro principal. Se um membro elegível para um subsídio de reforma morre em serviço os seus dependentes não são elegíveis para um subsídio de contribuição do plano de assistência médica. Em 31 de Dezembro de 2015 o plano compreendia 99 (2014:102) membros activos.

	2015	2014
	MT	MT
<b>a. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos no balanço</b>		
Valor presente de obrigações não financiadas	66 334 000	75 093 000
Valor presente de obrigações em excesso de activos do plano	66 334 000	75 093 000

<b>b. Reconciliação de activos e passivos reconhecidos na demonstração da situação financeira</b>		
Saldo de abertura	75 093 000	70 574 000
Juros líquidos	4 576 000	7 882 000
Custo do serviço corrente	179 000	494 000
Custo líquido anual reconhecido em resultados	79 848 000	78 950 000
Remensuração reconhecida no rendimento integral	8 912 000	-
Pagamentos esperados de benefícios dos empregados	(22 426 000)	(3 857 000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo de fecho	66 334 000	75 093 000

<b>c. Componentes do custo de benefícios definidos (demonstração de resultados)</b>		
Custo de juros	4 576 000	7 882 000
Custo do serviço corrente	179 000	494 000
Custo	4 755 000	8 376 000

<b>d. Contribuições de Prémios e Pagamentos de Benefícios</b>		
Pagamentos de Benefícios	( 22 426 000)	(3 857 000)
Total de fluxos de caixa	(22 426 000)	3 857 000

e. Principais pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais à data de relato são os seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto	11.50%	11.50%
Custo de inflação de cuidados de saúde	11.00%	10.75%
Taxa de inflação	6.50%	5.50%
Idade prevista de reforma	55 (Mulheres) e 60 (Homens)	55(Mulheres) e 60 (Homens)

Em 31 de Dezembro de 2015 o plano de pensões pós-reforma compreendia 0 (2014: 0) membros activos e 130 (2014: 133) reformados.

30. Transacções com partes relacionadas

Diversas transacções bancárias, depósitos, contas a pagar e garantias são celebradas com as partes relacionadas. Estas transacções são realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções com as partes relacionadas executadas durante o ano e os respectivos saldos no fim do ano são as seguintes:

	2015	2014
	MT	MT
<b>Juros ganhos nos depósitos</b>		
Standard Bank London	-	24 367 216
Standard Bank South Africa	20 295 260	16 298 578
Standard Bank Isle of Man Branch	13 975 318	38 217 067
Standard Bank Mauritius	3 976 505	10 219 975
	38 247 083	89 102 836

<b>Juros acumulados</b>		
Standard Bank South Africa	-	3 389 107
Standard Bank Isle of Man Branch	896 242	19 394 231
Standard Bank Mauritius	-	5 639 043
	896 242	28 422 381

Investimento em outras empresas	1 123 806	1 123 806
Honorários de gestão antecipados a pagar à sede	(271 454 788)	(192 521 683)
Custos acumulados referentes aos honorários de gestão a pagar à sede	196 137 597	89 058 236

<b>Garantias recebidas</b>		
Standard Bank Group	3 165 814 202	583 500 000

<b>Depósitos</b>		
Standard Bank South Africa	-	58 000 000
Standard Bank Isle of Man Branch	2 846 323 378	7 711 000 839
Standard Bank Mauritius	-	681 519 921

	2 846 323 378	8 450 520 760
--	---------------	---------------

<b>31. Caixa gerada pelas actividades operacionais</b>		
	2015	2014
	MT	MT
Lucro antes de impostos	3 378 503 427	2 235 804 860
Ajustamentos para itens que não sejam de caixa:		
Depreciação (nota 8)	168 730 391	120 953 007
Amortização (nota 8)	19 256 383	9 224 419
Imparidade líquida	302 639 950	166 968 223
Justo valor de activos detidos para negociação	(13 437 172)	(4 170 450)
Justo valor de derivados	(36 418 135)	22 389 201
Alienações	947 222	1 503 271
Caixa gerada pelas actividades operacionais	3 820 222 066	2 552 672 531

<b>32. Variações nos activos e passivos operacionais</b>		
Passivos		
Recursos de clientes	11 447 629 861	2 706 985 271
Outros passivos	3 621 846 995	(283 637 553)
Passivos detidos para negociação	(1400 000 000)	1 400 000 000
Aumento dos passivos operacionais	13 669 476 856	3 823 347 718
Activos		
Activos financeiros disponíveis para venda	(1 456 312 835)	(1 844 848 428)
Activos detidos para negociação	541 370 488	(1 150 870 310)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(4 264 722 847)	(4 156 988 791)
Outros activos	(32 173 422)	178 675 987
Diminuição de activos operacionais	(5 211 838 616)	(6 974 031 542)
Variações líquidas nos activos e passivos operacionais	8 457 638 240	(3 150 683 824)


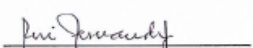
<b>33. Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e disponibilidades no Banco Central (nota 12)	6 494 370 751	4 547 230 690
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 15.1)	20 317 787 193	10 518 882 498
	26 812 157 944	15 066 113 188

**34. Taxas de conversão**  
Foram usadas as seguintes taxas de câmbio na conversão destas demonstrações financeiras para Dólares Norte-Americanos (USD).

	2015	2014	Movimento
Taxa de fecho	45.90	33.60	12.3
Taxa média	40.01	31.36	8.7

As taxas baseiam-se nas taxas oficiais publicadas pelo Banco de Moçambique.

**35. Eventos subsequentes**  
Em 26 de Fevereiro de 2016, o conselho de administração declarou um dividendo total de MT 506 474 252 (2014: MT 335 237 584) no valor de MT 1.96 (2014: MT 1.30) por acção para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.


<b>RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>
De acordo com o estabelecido na Lei e nos Estatutos do Banco, o Conselho Fiscal do Standard Bank SA apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios e as respectivas notas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu com regularidade ao longo do ano, acompanhou a actividade do Banco, manteve contactos regulares com o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e os Auditores Externos, de acordo com o exigido por lei e obteve suficiente evidência de suporte dos valores constantes dos registos contabilísticos.
Sendo assim e com base nas análises efectuadas e nas informações obtidas do Conselho de Administração, Comissão Executiva e Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal :
<ul style="list-style-type: none"><li>• É de opinião que as Demonstrações Financeiras compreendendo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios e as respectivas notas estão em conformidade com o estabelecido na Lei, satisfazem as disposições estatutárias e reflectem, de forma verdadeira, a situação financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2015.</li><li>• É de parecer que a Assembleia-Geral:<ul style="list-style-type: none"><li>o Aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração.</li><li>o Exprese um voto de louvor pelo desempenho da Administração e dos colaboradores do Banco no exercício de 2015.</li></ul></li></ul>
Maputo, 26 de Fevereiro de 2016.
 Rui Fernandes Presidente do Conselho Fiscal



MODELO III

Balanco - Contas Individuais (Activo)

Rubricas		Notas /	31 DE DEZEMBRO DE 2015			
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	Ano anterior
	<b>Activo</b>					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		6 494 371		6 494 371	4 547 231
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		15 310 334		15 310 334	2 039 942
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		888 666		888 666	2 643 773
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
154 + 158 (1) + 18 + 3488	Activos financeiros disponiveis para venda		6 989 640		6 989 640	5 580 396
13 + 150 + 158 (1) + 159	Aplicações em instituições de crédito		6 166 540		6 166 540	8 478 941
14 + 151 + 152 + 158 (1) +	Crédito a Clientes		27 435 426	562 173	26 873 253	22 881 069
156 + 158 (1) + 159 (1) +	Investimentos detidos até à maturidade					
155 + 158 (1) + 159 (1) +	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura		344 783		344 783	
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		3 319 565	950 310	2 369 255	2 323 501
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		228 575	12 814	215 761	36 913
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	Activos por impostos correntes					
301	Activos por impostos diferidos					6 634
12 + 157 + 158 (1) + 159(1)	Outros Activos		217 545		217 545	279 785
Total de activos			67 395 445	1 525 297	65 870 148	48 818 183

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.  
(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.  
(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MODELO III (PASSIVO)

Balanco - Contas Individuais (Passivo)

31 DE DEZEMBRO DE 2015

Rubricas	Notas /	Ano	
		Quadros anexos	Ano anterior
	<b>Passivo</b>		
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 +	Recursos de bancos centrais		
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 +	Recursos de outras instituições de crédito	11 349	2 108 474
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 -	Recursos de clientes e outros empréstimos	46 488 475	36 763 026
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 +	Responsabilidades representadas por títulos		
44	Derivados de cobertura	329 098	89 699
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
47	Provisões	701 793	357 331
490	Passivos por impostos correntes	386 310	200 396
491	Passivos por impostos diferidos	19 048	5 380
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	1 297 169	260 104
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 +	Outros passivos	7 197 352	1 538 168
Total de Passivo		56 430 593	41 322 578
	<b>Capital</b>		
55	Capital	1 294 000	1 294 000
602	Prémios de emissão		
57	Outros instrumentos de capital		
56	(Acções próprias)		
58 + 59	Reservas de reavaliação	-28 003	13 708
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	5 816 042	4 610 309
64	Resultado do exercício	2 357 516	1 577 589
63	(Dividendos antecipados)		
Total de Capital		9 439 555	7 495 606
Total de Passivo + Capital		65 870 148	48 818 183

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

31 DE DEZEMBRO DE 2015

Rubricas		Notas / Quadros	Ano	Ano anterior
		anexos		
79 + 80	Juros e rendimentos similares		3 473 683	2 841 214.6
66 + 67	Juros e encargos similares		432 821	289 471.3
Margem financeira			3 040 862	2 571 743
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		719 563	609 715.1
68	Encargos com serviços e comissões		-17 373	4 478.4
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponiveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		3 173 150	1 885 195.6
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		-947	-1 503.3
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 -	Outros resultados de exploração		244 226	4 655.9
Produto bancário			7 159 481	5 074 285
70	Custos com pessoal		2 008 255	1 610 231.8
71	Gastos gerais administrativos		1 322 854	880 623.4
77	Amortizações do exercício		187 713	130 177.4
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		10 156	24 441.02
760 + 7610 + 7618 + 7620 +	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		252 000	193 007
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
Resultados antes de impostos			3 378 503	2 235 805
65	Impostos Correntes		1 001 996	671 484.4
74 - 86	Diferidos		18 991	-13 268.2
640	Resultados após impostos		2 357 516	1 577 589